

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, instituída pela Companhia Energética de Brasília - CEB, conforme Deliberação da 11ª Assembleia-Geral Extraordinária, realizada em 14 de junho de 1976. Está registrada no livro “A” nº 01, sob nº 96 no Cartório do 1º Ofício de Registro Civil, Casamentos, Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas de Brasília-DF, em 15 de setembro de 1976, e autorizada a funcionar por prazo indeterminado, de acordo com a Portaria nº 1301, de 20 de dezembro de 1978, do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS. É pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A Fundação tem por finalidade instituir e administrar planos privados de concessão de benefícios de natureza previdenciária, sendo que qualquer prestação de caráter previdenciário somente poderá ser criada, majorada ou estendida com a respectiva receita de cobertura previamente definida em plano anual de custeio. A FACEB também administra Planos de caráter Assistencial, cuja operacionalização deve ser realizada em observância aos normativos da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Para atingir sua finalidade básica, a Fundação conta com recursos de contribuições mensais das empresas patrocinadoras, dos participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, bem como com a capitalização dos rendimentos auferidos pela aplicação desses recursos.

A FACEB administra atualmente 3 (três) planos de benefícios previdenciais, conforme abaixo:

PLANO DE BENEFÍCIOS	CNPB	MODALIDADE	PATROCÍNIO
Plano Complementar de Benefícios Previdenciais da FACEB	1993.0004-29	BD	Neoenergia Brasília
			CEB Holding
			FACEB
Plano de Benefícios CEBPREV	2006.0068-11	CD	Neoenergia Brasília
			CEB Holding
			CEB Iluminação Pública e Serviços S/A
			CEB Geração S/A
			CEB Participação S/A
			CEB Lajeado S/A
			FACEB
Plano FACEB Saldado	2020.0006-11	BD	Neoenergia Brasília
			CEB Holding
			CEB Iluminação Pública e Serviços S/A
			FACEB

Fonte: Gerência de Previdência – GPREV.

O quadro abaixo demonstra a população total da Fundação, sendo segregada por Plano de Benefícios administrados:

Plano BD	PATROCINADORAS							TOTAL
	FACEB	CEB Geração	CEB Holding	CEB IPES	CEB Lajeado	Neoenergia	CEB Participação	
Situação								
Ativos	0	0	0	0	0	9	0	9
Rescisões	0	0	0	0	0	0	0	0
BPD	0	0	0	0	0	2	0	2
Autopatrocínio	0	0	0	0	0	0	0	0
Autopatrocínio em Folha	0	0	0	0	0	0	0	0
Total (1).....	0	0	0	0	0	11	0	11
Aposentados	1	0	0	0	0	122	0	123
Pensionistas	0	0	0	0	0	99	0	99
Total (2).....	1	0	0	0	0	221	0	222
Total Participantes (1+2)	1	0	0	0	0	232	0	233

Fonte: Gerência de Previdência – GPREV.

Plano Saldado	PATROCINADORAS							TOTAL
	FACEB	CEB Geração	CEB Holding	CEB IPES	CEB Lajeado	Neoenergia	CEB Participação	
Situação								
Ativos	0	0	0	0	0	9	0	9
Rescisões	0	0	0	0	0	0	0	0
BPD	0	0	0	0	0	7	0	7
Autopatrocínio	0	0	0	0	0	0	0	0
Autopatrocínio em Folha	0	0	0	0	0	0	0	0
Total (1).....	0	0	0	0	0	16	0	16
Aposentados	1	0	0	0	0	355	0	356
Pensionistas	0	0	0	0	0	140	0	140
Total (2).....	1	0	0	0	0	495	0	496
Total Participantes (1+2)	1	0	0	0	0	511	0	512

Fonte: Gerência de Previdência – GPREV.

Plano CEBPREV	PATROCINADORAS							TOTAL
	FACEB	CEB Geração	CEB Holding	CEB IPES	CEB Lajeado	Neoenergia	CEB Participação	
Situação								
Ativos	29	3	11	76	5	434	0	558
Rescisões	1	0	0	0	0	9	0	10
BPD	1	0	0	0	0	4	0	5
Autopatrocínio	3	0	4	1	0	10	0	18
Autopatrocínio em Folha	0	0	0	1	0	1	0	2
Total (1).....	34	3	15	78	5	458	0	593
Aposentados	13	0	0	0	0	869	0	882
Pensionistas	0	0	0	0	0	196	0	196
Total (2).....	13	0	0	0	0	1.065	0	1.078
Total Participantes (1+2)	47	3	15	78	5	1523	0	1.671

Fonte: Gerência de Previdência – GPREV.

(i) Os planos de benefício de caráter previdencial na modalidade de Benefício Definido compreende aqueles cujos benefícios programados têm seu valor ou nível previamente estabelecidos, sendo o custeio determinado atuarialmente, de forma que se assegure sua concessão e manutenção. O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais - Plano BD, primeiro plano Administrado pela FACEB, encontra-se fechado para novas adesões, haja

vista a condição em potencial de geração de deficits aos seus Participantes e Patrocinadoras.

(ii) Após a implementação das Estratégias Previdências, foi criado o Plano FACEB Saldado, estruturado na modalidade de benefício definido, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB, sob número 2020.0006-11. O plano FACEB Saldado teve seu funcionamento autorizado, por meio da publicação da Portaria nº 196, de 13 de março de 2020, da Diretoria de Licenciamento/Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

(iii) Entende-se por plano Contribuição Definida aqueles cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo da conta mantido em favor do Participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. O Plano de Contribuição Definida da FACEB (CEBPREV) foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC – por meio do Ofício nº 4.122/SPC/DETEC/CGAF, de 19/12/2006, publicado no Diário Oficial da União em 21/12/2006.

1.1 GESTÃO DE RISCOS

A FACEB conta com consultores especializados em gestão de riscos e uma Política de Investimentos que destina e estabelece regras, limites e metodologia para o monitoramento e a avaliação dos riscos aos quais os recursos dos planos estão expostos. Dentre eles, podemos destacar os riscos abaixo:

1.1.1 Riscos de Mercado

É o risco de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preço de ações afetarem os ganhos da instituição no valor de seus ativos e instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a variações de mercado, dentro de parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos da Fundação e na Resolução do CMN nº 4.661/2018, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Gestão do Risco de Mercado é feita por unidade de Investimento da FACEB, subordinada ao Diretor Administrativo - Financeiro (AETQ), a qual é submetida à Assessoria de Riscos de Investimento e ao Comitê de Investimento, alinhada aos princípios, práticas e políticas aprovadas pelos Órgãos Estatutários da Fundação.

1.1.2 Riscos de Crédito

Para avaliação do risco de crédito, a FACEB adota o modelo baseado na abordagem qualitativa e quantitativa do crédito, ligado ao risco de degradação do emissor, conforme tabela que segue:

ABORDAGEM	PROPÓSITO
Qualitativa	A análise de inúmeros elementos que contribui para formação de opinião acerca da capacidade de pagamento, incluindo-se: análise de emissores, documentação e prospecto, prazos, fatores financeiros, garantias etc.

Quantitativa	Avaliação de um emissor de crédito ou de uma operação específica, atribuindo uma medida que representa a expectativa de risco de default.
---------------------	---

Fonte: Política de Investimentos FACEB

Para checagem do enquadramento os títulos privados a FACEB, a princípio, separam os ativos financeiros de acordo com suas características. Os seguintes pontos são considerados, adicionalmente:

- Para títulos emitidos por instituições financeiras será considerado o *rating* da instituição;
- Para títulos emitidos por quaisquer outras instituições não financeiras será considerado o *rating* da emissão, e não o da companhia emissora.

É verificado se a emissão ou emissor possui *rating* por pelo menos uma das agências classificadoras de risco, e se a nota é, de acordo com a escala da agência no mercado local, igual ou superior às faixas classificadas como “Investimento” elencados na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo.

As agências utilizadas para avaliação são: Moody’s, Fitch e Standard & Poor’s e Liberum e Austin. Empresas autorizadas pela FACEB para opinar sobre a qualidade de crédito do emissor e da emissão.

1.1.3 Riscos de Liquidez

Para fins de mensuração e análise desse risco serão utilizados os indicadores com objetivo de evidenciar a capacidade do plano para honrar as obrigações com os participantes no curto e médio prazo (passivo), considerando ativos de maior e menor liquidez e a posição em determinados ativos que estejam sujeitos a variações abruptas de preço por liquidez baixa ou inexistente (ativo).

Para realizar a evidenciar a liquidez dos ativos financeiros gerenciados pela FACEB, classificamos as mensurações de liquidez usando uma hierarquia de prazos que reflita o processo de liquidação de cada ativo financeiro. A hierarquia deve ter os seguintes níveis:

- nível 1 - ativos com preços negociados (sem ajustes) em até 20 dias;
- nível 2 - ativos com preços negociados em mercados ativos com prazos superiores a 20 dias; e
- nível 3 - ativos sem liquidez e/ou que precisem de algum procedimento específico para liquidação.

1.1.4 Riscos Previdencial

Anualmente, a Fundação realiza o monitoramento contínuo por intermédio de consultoria especializada que realiza estudos técnicos para comprovar a aderência das premissas adotadas nos cálculos atuariais em relação ao efetivamente realizado, tais como mortalidade de válidos, mortalidade de inválidos, entrada em invalidez, rotatividade taxa de juros, crescimento real de salários, composição familiar, inflação, entre outras, propondo a revisão no caso de ficar evidenciada, por determinado período e reiteradamente, a não-

aderência. Dentre os riscos atuariais estão os de cadastro, de provisão, de baixa cobertura de renda futura e risco técnico.

1.1.5 Riscos Operacionais

Possibilidade de perda decorrente da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos, bem como de eventos externos que causem prejuízos às atividades da Fundação ou danos aos ativos físicos nela empregados.

1.1.6 Riscos Relacionado a Sustentabilidade dos Investimentos

Os princípios relacionados à sustentabilidade podem ser monitorados por meio dos fatores ESG, que designam as dimensões não financeiras associadas à sustentabilidade que devem ser utilizadas na análise de investimentos, abrangendo os componentes ambientais, sociais e de governança.

A fim de avaliar o impacto desses temas em sua carteira de investimentos, a FACEB monitora os seus gestores de investimentos no que tange ao processo de incorporação de análises relacionadas ao tema de ESG na construção de seu portfólio. Por enquanto, tal monitoramento terá objetivo educativo, mas em breve passará a ser classificatório. Os itens mencionados devem ser observados sempre que possível pela FACEB, considerando o seu porte e complexidade, não possuindo nesse momento caráter mandatório.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC. As Demonstrações Contábeis consistem no conjunto de demonstrativos com o objetivo de proporcionar entendimento quanto à posição patrimonial e financeira, ao desempenho e aos fluxos de caixa da Fundação e dos planos administrados.

Conforme mencionado anteriormente e disposto no art. 31 da Instrução PREVIC nº 31/2020, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar devem apresentar os seguintes demonstrativos contábeis de forma comparativa com o exercício anterior:

- Balanço Patrimonial (Consolidado);
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (Consolidada);
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (Consolidada);
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA por Plano de Benefícios (facultativa);
- Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por Plano de Benefícios);
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMPS (por Plano de Benefícios); e
- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (por Plano de Benefícios).

Por determinação do CNPC os valores das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

estão expressos em milhares de reais. A FACEB apresenta, mensalmente, balancete por plano de benefício, balancete do Plano de Gestão Administrativa e balancete consolidado.

Em conformidade com lei Complementar nº 109/2001, as operações relativas aos planos de assistência à saúde estão demonstradas separadamente de acordo as instruções e a planificação contábil padrão da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Fundação e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

A Diretoria Executiva apreciou as Notas Explicativas relativas às Demonstrações Contábeis no dia 15/03/2023 e submeteu ao Conselho Deliberativo para apreciação, conforme definido na alínea “XI” do art. 31 da Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020.

3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em atendimento à Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, as principais práticas contábeis utilizadas para a elaboração das Demonstrações Contábeis foram:

3.1 – Apuração de Resultados

O resultado dos planos operacionalizados pela FACEB na modalidade de Benefício Definido (BD e FACEB Saldado) é apurado pelo regime de competência. O plano Cebprev, operacionalizado na modalidade de contribuição definida – CD, não apresenta superávit ou déficit, uma vez que o patrimônio de cobertura (Ativo Líquido) cresce de forma paritária com as obrigações atuariais (Provisões Matemáticas), ou seja, o plano está sempre em equilíbrio.

3.2 – Estimativas e julgamentos contábeis essenciais

A Fundação realiza determinadas estimativas e premissas em relação ao futuro. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. Aquelas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas abaixo:

a) Provisões técnicas atuariais

Envolvem cálculos complexos em função da utilização de premissas atuariais, premissas econômicas, tais como taxa de inflação, ganho real de investimentos, escala de ganhos salariais, premissas não econômicas, como idade de aposentadoria, mortalidade, composição familiar, entre outras. A Fundação contrata empresa especializada independente para calcular as provisões técnicas atuariais. Vide nota explicativa nº 11.

b) Provisões para contingências

As provisões contingenciais decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências são avaliadas por consultores jurídicos e devem levar em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As classificações de risco dos processos judiciais são encaminhadas periodicamente pela consultoria jurídica da Fundação. De acordo com o item 11 do CPC 25, os valores que expressam **risco provável** de perda econômico-financeira do Plano de Benefícios, em decorrência de decisões futuras sobre demandas judiciais a partir de reclamações de ordem previdencial deverão ser registrados nas demonstrações. Vide nota explicativa nº 10.

c) Provisão Para Perdas Estimadas

Foram constituídas provisões para perdas em investimentos decorrentes de redução ao valor recuperável, considerados os riscos e incertezas. As provisões são contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do Ativo. Portanto, os investimentos estão apresentados pelo seu valor líquido. Vide nota explicativa nº 4.3.7.

Conforme o art. 19. da IN PREVIC Nº 31, de 20 de agosto de 2020, as EFPC devem adotar para fins de constituição de provisão para perda os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

DIAS EM ATRASO	PROVISÃO MÍNIMA (%)
Entre 31 e 60 dias	1%
Entre 61 e 90 dias	5%
Entre 91 e 120 dias	10%
Entre 121 e 180 dias	25%
Entre 181 e 240 dias;	50%
Entre 241 e 360 dias	75%
Superior a 360 dias	100%

Fonte: Instrução PREVIC Nº 31, de 20 de agosto de 2020

d) Férias, 13º Salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o 13º salário são provisionadas no Plano de Gestão Administrativa – PGA, pelo regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

3.3 – Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) consolidada

A DMPS consolidada destina-se à evidenciação das alterações do patrimônio social, no exercício a que se referir.

3.4 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) consolidada

A Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) consolidada explica a atividade administrativa da EFPC, evidenciando as alterações do fundo administrativo.

3.5 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) por plano de benefícios

A Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) por plano de benefícios explica a atividade administrativa da EFPC, relativa a cada plano de benefícios, evidenciando as alterações do fundo administrativo do plano de benefícios.

3.6 – Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

A Demonstração do Ativo Líquido (DAL) destina-se a evidenciar os componentes patrimoniais do plano de benefícios, no exercício a que se referir.

3.7 – Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) por plano de benefícios

A Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) por plano de benefícios destina-se à evidenciação das alterações do ativo líquido do plano de benefícios, no exercício a que se referir.

3.8 – Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT)

A Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT) destina-se a evidenciar a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pela Entidade.

4 – ATIVO REALIZÁVEL

No ativo realizável se registra os valores que estão caracterizados pelos direitos econ micos reconhecidos aos Planos de Benefícios, visando à liquidação dos recursos a receber, tais como as contribuições previdenciárias normais e extraordinárias, recursos oriundos de relações obrigacionais (operações contratadas) contratados a receber, as contribuições para o custeio administrativo e os depósitos judiciais. O ativo realizável compreende, também, os recursos garantidores dos planos representados pela carteira de investimentos.

A seguir quadro comparativo do Ativo Realizável por plano:

NOME DA CONTA	2022					R\$ mil
	PLANO BD	PLANO CD	FACEB SALDADO	PGA	OPERAÇÕES COMUNS	CONSOLIDADO
REALIZÁVEL	133.842	1.032.271	347.548	30.763	(21.650)	1.522.774
Gestão Previdencial	8.705	40.069	32.257	0	(472)	80.559
Gestão Administrativa	1.064	17.872	1.722	9.651	(21.178)	9.131
Investimentos	124.073	974.330	313.569	21.112	-	1.433.084

R\$ mil

NOME DA CONTA	2021					CONSOLIDADO
	PLANO BD	PLANO CD	FACEB SALDADO	PGA	OPERAÇÕES COMUNS	
REALIZÁVEL	135.377	1.103.527	339.660	29.139	(19.852)	1.587.851
Gestão Previdencial	8.439	40.344	31.834	0	0	80.617
Gestão Administrativa	1.013	16.626	1.641	9.587	(19.852)	9.015
Investimentos	125.925	1.046.557	306.185	19.552	0	1.498.219

Fonte: Balancetes de dezembro exercícios 2022 e 2021

4.1 – Gestão previdencial

O valor de R\$ 80.559 mil (R\$ 80.617 mil reapresentado em 2021) é composto de direitos a receber de participantes no total de R\$ 966 mil (R\$ 1.204 mil em 2021), outros recursos a receber no valor de R\$ 11 mil (R\$ 22 mil em 2021), depósitos judiciais recursais de R\$ 152 mil (R\$ 34 mil em 2021), contribuição da patrocinadora e valores a receber da dívida contratada no valor de R\$ 79.430 mil (R\$ 79.357 mil reapresentado em 2021).

4.1.1 – Dívida contratada

Os contratos de dívidas são atualizados mensalmente, considerando o número de parcelas pagas pelo método de amortização "Price", acrescidos de correção monetária de juros e encargos (taxa fixa de 5,0% e variação do INPC-IBG). Segue abaixo demonstrativo com os saldos da dívida contratada posicionados em 31/12/2022:

PLANO	PATROCINADORA	DÍVIDA CONTRATADA (R\$ mil)	PARC.	AMORTIZADO (R\$ mil)	CORREÇÃO (R\$ mil)	DÍVIDA ATUALIZADA (R\$ mil)
CEBPREV	CEB D/NEOENERGIA	34.266	27/214	1.597	4.348	38.784
	FACEB	193	27/214	9	25	219

FACEB SALDADO	PATROCINADORA	DÍVIDA CONTRATADA (R\$ mil)	PARC.	AMORTIZADO (R\$ mil)	CORREÇÃO (R\$ mil)	DÍVIDA ATUALIZADA (R\$ mil)
FACEB SALDADO	CEB D/NEOENERGIA	28.840	27/190	1.600	3.616	32.076
	FACEB	163	27/190	9	20	181

BD	PATROCINADORA	DÍVIDA CONTRATADA (R\$ mil)	PARC.	AMORTIZADO (R\$ mil)	CORREÇÃO (R\$ mil)	DÍVIDA ATUALIZADA (R\$ mil)
BD	CEB D/NEOENERGIA - 2016	884	27/185,9	51	111	979
	CEB D/NEOENERGIA - 2017	636	27/190	36	77	707
	CEB D/NEOENERGIA - 2018	2.316	27/218	107	282	2.628
	CEB D/NEOENERGIA - 2020	3.586	27/214	172	410	4.058
	FACEB - 2016	6	27/185,9	0	1	7
	FACEB - 2017	2	27/190	0	0	2
	FACEB - 2018	16	27/218	1	2	18
	FACEB - 2020	40	27/214	2	5	45

Fonte: Gerência Administrativo/Financeiro - GERAF

4.2 – Gestão Administrativa

O total de R\$ 9.131 mil (R\$ 9.015 mil em 2021) registrado no ativo realizável da gestão administrativa representa os direitos a receber referentes às contribuições para o custeio administrativo do mês em curso e os depósitos judiciais efetuados. Este valor é composto, principalmente, pelos depósitos judiciais recursais de R\$ 8.518 mil (R\$ 8.518 mil em 2021), sendo o montante de R\$ 7.527 mil relativo ao PIS e Cofins e o montante de R\$ 990 mil decorrente, principalmente, de depósitos judiciais relativos às multas aplicadas pela Receita Federal do Brasil – RFB e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar –ANS.

4.3 – Investimentos

Neste grupo estão registrados os recursos garantidores dos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa, aplicados em Cotas de Fundos de Investimentos (Renda Fixa, Renda Variável, Multimercados e Exterior), em Títulos Públicos Federais, Títulos de Renda Fixa de emissão privada, Imóveis e os Empréstimos concedidos aos participantes dos planos.

Do Patrimônio total da FACEB, em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente 38% dos recursos estão sob a forma de “gestão terceirizada”, neste contexto estão inseridos os Fundos de Renda Fixa, Renda Variável, Multimercados, Participações e Exterior.

4.3.1 - Investimentos em títulos do governo federal e em créditos privados

Incluem juros e correção monetária, apropriados em função do tempo decorrido até a data do balanço. O ágio e o deságio na compra de títulos são calculados *pro rata die* durante o período da aquisição até a data de vencimento do título.

Importante ressaltar que, em razão do saldamento do Plano BD, os valores mobiliários migrados para o Cebprev foram classificados como marcados a mercado (títulos para negociação) devido as características do plano e a legislação vigente.

Considerando as disposições da resolução CNPC Nº 29, de 13 de abril de 2018 e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

- Títulos para negociação – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independente do prazo a decorrer da data de aquisição;
- Títulos mantidos até o vencimento – quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da Fundação, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título.

Os títulos classificados em “títulos para negociação” devem ser avaliados mensalmente ao valor de mercado e refletir os preços atuais, de todos os ativos que compõem à carteira da Fundação e suas variações negativas ou positivas são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período.

4.3.2 - Ações

Estão registradas pelo valor de aquisição, acrescidas das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do último dia do mês em que tenha sido negociada em bolsa. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado ou patrimonial é apropriada ao resultado do exercício.

4.3.3 - Fundos de Investimento

Os Fundos de Investimentos são abertos e estão avaliados pelo valor da quota, calculados pelos respectivos administradores, tomando por base as variações de mercado.

4.3.4 - Investimentos Imobiliários

São registrados ao custo de aquisição, atualizado pelos valores indicados no laudo de reavaliação. As receitas de aluguéis são registradas no resultado do exercício, na rubrica de rendas/variações positivas de investimentos imobiliários.

O Art. 18 da Resolução CNPC Nº 43, de 6 de agosto de 2021, informa que o produto da reavaliação dos investimentos imobiliários, positivo ou negativo, deve ser contabilizado, de uma única vez, em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de "rendas/variações positivas" ou "deduções/variações negativas", no prazo máximo de cento e oitenta dias, contados a partir da data de emissão do respectivo laudo e no mesmo exercício social a que se referir.

Segue quadro relativo à reavaliação do Imóvel (Plano BD, CD e FACEB -SALDADO):

IMÓVEL	SCS Quadra 4, Bloco "A", nº 141/153 Lotes 10 e 11 Ed. FACEB - Brasília - DF			
HISTÓRICO	Reavaliação de Imóvel de Uso Próprio e Locada a Terceiros			
DATA DA REAVALIAÇÃO	02/12/2022			
DATA DO REGISTRO CONTÁBIL	30/12/2022			
AVALIADOR RESPONSÁVEL	Câmara de Valores Imobiliários do DF LTDA CNPJ 00.317.339/0001-16			
PLANOS	CONSOLIDADO	BD	CD	SALDADO
VALOR CONTÁBIL ATÉ A DATA DA REAVALIAÇÃO (R\$ mil)	10.086	862	7.120	2.104
VALOR DA REAVALIAÇÃO (R\$ mil)	10.350	884	7.307	2.159
RESULTADO DA REAVALIAÇÃO (R\$ mil)	264	22	187	55
VIDA ÚTIL REMANESCENTE	50 anos			
CONTAS CONTÁBEIS RELACIONADAS	1020307040101, 1020307040102, 1020307040301 e 1020307040302			
VALOR CONTABILIZADO ATÉ 31/12/2022 (R\$ mil)	10.350	884	7.307	2.159

O laudo teve como objetivo apurar o valor de mercado do Ed. FACEB e utilizou como base o valor do m² de imóveis semelhantes ofertados para venda ou vendidos nas proximidades, utilizando o método comparativo direto.

O relatório tem nível de precisão “Avaliação de Grau de Fundamentação II”, conforme NBR 14653:1 e 14653:2 da ABNT.

O imóvel foi reavaliado em dezembro de 2022, seguindo ao disposto na legislação que orienta a reavaliação anual. A metodologia empregada é semelhante a utilizada na reavaliação anterior.

Para cobertura de riscos relacionados ao imóvel, como danos materiais, incêndio, explosão de qualquer natureza, a FACEB contratou seguro junto à Chubb Seguros Brasil S.A, sob apólice nº 1.180.063.822, com limite máximo de garantia de R\$ 14 milhões.

- Alienação do Edifício Faceb

A FACEB intenta alienar o Ed. FACEB com fito a atender ao disposto na Resolução CMN 4.661/2018 que prevê que as EFPC não mantenham imóveis em suas carteiras indicando prazo de até 12 anos, a contar da data de vigência da referida resolução, para que se desfaçam destes seja via venda direta ou incorporação em Fundos Imobiliários. O Objetivo de tal medida é dar liquidez aos planos e manejo dos valores investidos com tempestividade em função de eventuais necessidades das fundações.

4.3.5 - Empréstimos concedidos a Participantes

No segmento Operações com Participantes (empréstimos), cujo Regulamento foi unificado em 28/09/2020, na 324ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, os planos previdenciários BD, FACEB SALDADO e CEBPREV estão apresentados pelo valor do principal, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos das amortizações mensais, sendo as taxas adotadas para os planos BD e FACEB SALDADO é de 0,70% a.m. e para o plano CEBPREV a taxa de 0,50% a.m., acrescidas de correção monetária INPC (IBGE), com atraso de dois meses.

Os registros contabilizados em operações com participantes apresentaram o valor de R\$ 32.392 mil (R\$ 36.439 mil em 2021).

4.3.5.1 Provisões para perdas dos empréstimos

As provisões para perdas dos empréstimos, segregadas por Plano de Benefícios administrados pela FACEB apresentaram o valor de R\$ 2.027 mil conforme demonstrativo abaixo:

PLANO	R\$ mil							
	PERDA ENTRE 30 A 60 DIAS DE ATRASO (1%)	PERDA ENTRE 61 A 90 DIAS DE ATRASO (5%)	PERDA ENTRE 91 A 120 DIAS DE ATRASO (10%)	PERDA ENTRE 121 A 180 DIAS DE ATRASO (25%)	PERDA ENTRE 181 A 240 DIAS DE ATRASO (50%)	PERDA ENTRE 241 A 360 DIAS DE ATRASO (75%)	PERDA DE ACIMA DE 361 DIAS DE ATRASO (100%)	ACUMULADO 31/12/2022
CEBPREV	0,04	0,07	-	0,25	-	6,27	1.577,76	1.584,40
FACEB I	-	-	-	-	-	-	432,62	432,62

SALDADO	-	-	-	-	-	-	10,72	10,72
PECULIO	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	0,04	0,07	-	0,25	-	6,27	2.021,10	2.027,74

Para cobertura de riscos relacionados às operações com participantes, a FACEB contratou para os planos, seguro prestamista junto à Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A, sob apólice número 77200255, para Cobertura por Morte, com Capital Segurado: limitado ao máximo de R\$ 292 mil, Prazo Máximo de financiamento: 72 meses. Limite de idade: 93 anos. Limite de idade para as novas inclusões: 75 anos (a idade do ingresso do segurado, somada ao prazo de financiamento, não poderá ultrapassar a 83 anos). Os limites de capital da apólice obedecerão à seguinte regra: Até 70 anos: R\$ 250 mil. De 71 a 74 anos 11 meses e 29 dias: R\$ 50 mil, para estes limites será cobrada a taxa de 0,6056%.

4.3.6 Aspectos quantitativos dos investimentos

Nesta sessão serão apresentados os valores dos títulos públicos, a vencimento e a negociação, títulos de renda fixa privados, fundos de investimentos e ações com posição em 31/12/2022.

4.3.6.1 Investimentos do Plano Previdência da FACEB (Plano BD)

R\$ mil

1.1 - Títulos Mantidos até o Vencimento	Exercício 2022		Exercício 2021	
	Custo de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva	Custo de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva
Títulos Públicos	47.620	85.816	47.620	81.133
Notas do Tesouro Nacional – NTN	47.620	85.816	47.620	81.133
Créditos Privados e Depósitos	0	0	0	1
Debêntures Não Conversíveis - DNC CIA Aberta	0	0	0	1
Cédula de Crédito Bancário - CCB SPE	0	0	0	0
Letra Financeira – LF	0	0	0	0
Total de Títulos Mantidos até o Vencimento	47.620	85.816	47.620	81.134

Fonte: Gerência de Investimento – GINV

Os Títulos Classificados no item 1.1 possuem os seguintes vencimentos para os próximos exercícios:

	Total
Até 60 Dias	4.776
De 61 a 180 dias	4.709
de 181 a 360 dias	0
Acima de 360 dias	76.331
Total	85.816

Fonte: Gerência de Investimento – GINV

R\$ mil

1.2 - Títulos para Negociação	Exercício 2022		Exercício 2021	
	Custo de Aquisição	Valor de Mercado	Custo de Aquisição	Valor de Mercado
Títulos Públicos	9.051	14.136	5.216	7.458
Notas do Tesouro Nacional – NTN ^a	5.216	10.173	5.216	7.458

Letra Financeira do Tesouro - LFT	3.835	3.963		
Fundos de Investimento	58.776	20.334	58.776	33.983
Renda Fixa	-	13.105	-	18.108
Ações ^b	-	3.191	-	5.126
Direitos Creditórios	13.022	249	13.022	383
Participações	45.754	1.060	45.754	913
Imobiliário	-	0	-	0
Multimercado	-	2.539	-	1.969
Exterior	-	190	-	7.484
Total de Títulos para Negociação	67.827	34.470	63.992	41.441

Fonte: Gerência de Investimento – GINV

1.3 - Ações	Exercício 2022		Exercício 2021	
	Custo de Aquisição	Valor de Mercado	Custo de Aquisição	Valor de Mercado
Ações Companhias Abertas	392	5	392	7
JOAO FORTES (ON)	392	5	392	7

Fonte: Gerência de Investimento – GINV

4.3.6.2 Investimentos do Plano Previdência da FACEB (Plano CD)

1.1 - Títulos Mantidos até o Vencimento	Exercício 2022		Exercício 2021	
	Custo de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva	Custo de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva
Títulos Públicos	16.914	21.758	16.914	20.595
Notas do Tesouro Nacional - NTN	16.914	21.758	16.914	20.595
Créditos Privados e Depósitos	6.457	12.566	6.457	13.406
Debêntures Não Conversíveis - DNC CIA Aberta	1	2.639	1	3.491
Cédula de Crédito Bancário - CCB SPE	6.456	9.927	6.456	9.915
Letra Financeira - LF	0	0	0	0
Total de Títulos Mantidos até o Vencimento	23.371	34.324	23.371	34.001

Fonte: Gerência de Investimento – GINV

Os Títulos Classificados no item 1.1 possuem os seguintes vencimentos para os próximos exercícios:

	Total
Até 60 Dias	0
De 61 a 180 dias	0
de 181 a 360 dias	0
Acima de 360 dias	34.324
Total	34.324

Fonte: Gerência de Investimento – GINV

1.2 - Títulos para Negociação	Exercício 2022		Exercício 2021	
	Custo de Aquisição	Valor de Mercado	Custo de Aquisição	Valor de Mercado
Títulos Públicos	394.071	481.497	178.461	255.917

Notas do Tesouro Nacional – NTN	278.447	356.286	178.461	255.917
Letra Financeira do Tesouro - LFT	115.624	125.211		
Fundos de Investimento	58.776	413.375	58.776	718.221
Renda Fixa	-	115.427	-	263.079
Ações	-	123.774	-	169.699
Direitos Creditórios	13.022	2.318	13.022	3.569
Participações	45.754	11.010	45.754	9.483
Imobiliário	0	0	0	0
Multimercado	-	150.302	-	162.400
Fundos de Investimentos no Exterior	-	10.544	-	109.991
Total de Títulos para Negociação	337.223	769.661	237.237	974.138

Fonte: Gerência de Investimento – GINV

1.3 - Ações	Exercício 2022		Exercício 2021	
	Custo de Aquisição	Valor de Mercado	Custo de Aquisição	Valor de Mercado
Ações Companhias Abertas	3.281	41	3.281	56
JOAO FORTES (ON)	3.281	41	3.281	56

Fonte: Gerência de Investimento – GINV

4.3.6.3 Investimentos do Plano Previdência da FACEB (FACEB-Saldado)

1.1 - Títulos Mantidos até o Vencimento	Exercício 2022		Exercício 2021	
	Custo de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva	Custo de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva
Títulos Públicos	117.104	211.037	117.104	199.523
Notas do Tesouro Nacional - NTN	117.104	211.037	117.104	199.523
Créditos Privados e Depósitos	3.720	4.778	12.200	4.937
Debêntures Não Conversíveis - DNC CIA Aberta	0	2	0	2
Cédula de Crédito Bancário - CCB SPE	3.720	4.776	12.200	4.935
Letra Financeira - LF	0	0	0	0
Total de Títulos Mantidos até o Vencimento	120.824	215.815	129.304	204.460

Fonte: Gerência de Investimento – GINV

Os Títulos Classificados no item 1.1 possuem os seguintes vencimentos para os próximos exercícios:

	Total
Até 60 Dias	11.743
De 61 a 180 dias	11.591
de 181 a 360 dias	0
Acima de 360 dias	192.481
Total	215.815

Fonte: Gerência de Investimento – GINV

1.2 - Títulos para Negociação	Exercício 2022		Exercício 2021	
	Custo de Aquisição	Valor de Mercado	Custo de Aquisição	Valor de Mercado

Títulos Públicos	25.247	30.290	12.824	18.336
Notas do Tesouro Nacional – NTN	17.822	22.615	12.824	18.336
Letra Financeira do Tesouro - LFT	7.425	7.675		
Fundos de Investimento	58.776	59.127	58.776	77.861
Renda Fixa	-	32.131	-	29.773
Ações	-	8.885	-	15.794
Direitos Creditórios	13.022	715	13.022	1.100
Participações	45.754	3.383	45.754	2.914
Imobiliário	0	0	0	0
Multimercado	-	12.424	-	10.289
Fundos de Investimentos no Exterior	-	1.589	-	17.991
Total de Títulos para Negociação	84.023	89.417	71.600	96.197

Fonte: Gerência de Investimento – GINV

1.3 - Ações	Exercício 2022		Exercício 2021	
	Custo de Aquisição	Valor de Mercado	Custo de Aquisição	Valor de Mercado
Ações Companhias Abertas	969	12	969	17
JOAO FORTES (ON)	969	12	969	17

Fonte: Gerência de Investimento – GINV

Notas:

Após dois anos de pandemia, no ano e 2022 o desemprego deu uma trégua, mas o salário reduziu. E a fila em busca do cadastro para receber auxílio financeiro do governo apontou uma parcela do país que precisa de ajuda. O ano de 2022 foi de transformações na vida das pessoas, após dois anos com a Covid ditando o ritmo da economia, voltaram as atividades sociais. Em março, o Brasil saiu da recessão técnica, nome dado quando há duas retrações seguidas do PIB. Em meados de março o agronegócio apresentou previsão de safra recorde de grãos para 2022. As fábricas recuperaram parte do fôlego. Em julho, a indústria teve o quarto mês seguido de crescimento. Porém com a guerra da Ucrânia, o dólar disparou e o que já era caro ficou mais caro, como os combustíveis. Uma alternativa foi estabelecer um teto para o ICMS de combustíveis, que com a queda dos combustíveis, a inflação perdeu força. Com a retomada das atividades, o desemprego deu uma trégua, a taxa de desemprego caiu para 8,7% no trimestre, com o menor patamar desde 2015. Em agosto, seis em cada dez brasileiros temiam não conseguir pagar as próprias contas nos próximos seis meses. Em outubro, o Brasil teve deflação pelo terceiro mês seguido, o salário reduziu e sobraram as dívidas. No mês de novembro o governo eleito apresentou um anteprojeto da PEC. O texto previa um total de aproximadamente R\$ 200 bilhões fora do teto, além da retirada do Auxílio Brasil do teto de gastos permanentemente. Em dezembro o destaque foi a proposta aprovada no Senado eleva o teto de gastos em R\$ 145 bilhões e a retirada do Auxílio Brasil somente por dois anos. Além disso, uma mudança relevante foi a obrigatoriedade de apresentação de um projeto de lei complementar com objetivo de instituir um “novo regime fiscal sustentável” até o fim de 2023.

a) Principais movimentações no Plano BD

No exercício de 2022 se destacam as movimentações de recursos no segmento Renda

16

Fixam, Renda Variável e Exterior.

A principal variação ocorreu com os investimentos no exterior, tendo em vista seu fraco desempenho no exercício, sendo os recursos migrados para o segmento de Renda Fixa.

b) Principais movimentações no Plano CD

No exercício de 2022 se destacam as movimentações de recursos no segmento Exterior, Estruturado e Renda Fixa.

A principal variação ocorreu com os investimentos no exterior, tendo em vista seu fraco desempenho no exercício, sendo os recursos migrados para o segmento de Renda Fixa. Também se destacou a variação ocorrida no segmento de Renda Variável, devido ao resultado apresentado em 2022. A variação ocorrida no segmento Estruturado foi em decorrência dos altos rendimentos, tendo ocorrido inclusive ocorrido seu desenquadramento perante a Política de Investimentos.

c) Principais movimentações no Plano SD

No exercício de 2022 se destacam as movimentações de recursos no segmento Exterior, Estruturado e Renda Fixa.

A principal variação ocorreu com os investimentos no exterior, tendo em vista seu fraco desempenho no exercício, sendo os recursos migrados para o segmento de Renda Fixa. Também se destacou a variação ocorrida no segmento de Renda Variável, resultado do seu desempenho em 2022. Já a variação ocorrida no segmento Estruturado foi em decorrência dos altos rendimentos.

d) Títulos Públicos

No decorrer do exercício de 2022, os recursos oriundos dos resgates dos ativos investidos no exterior e também dos resgates em fundos de renda variável (IBOVESPA) foram investidos principalmente em Títulos Públicos lastreados em SELIC e outra parte em Títulos Públicos pós fixados.

e) Fundos de Investimentos e Exterior:

As principais movimentações em fundos ocorreram em fundos de investimentos no exterior e fundos de investimentos em ações, devido em franco desempenho destes ativos no exercício de 2022, com fito a diminuir a volatilidade da carteira de investimentos da Faceb.

f) Infra Setorial Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia FIP:

O Relatório do Gestor encaminhado à RJL em 17/10/2022 (anexo), o Administrador realizou Ajuste na precificação da CONASA Infraestrutura S.A. ("CONASA"), empresa investida do Fundo, proporcionando crescimento da Cota no dia 31/10/2022 de 9,1%. Ressumidamente o ajuste deu-se por: Aquisição da totalidade das participações da Ello Serviços, Obras e Participações Ltda. na Sanema-Saneamento de Maceió Ltda. (3%) e ASB Saneamento S.A. (31,28%), empresa que detém 100% da Sanema, por R\$ 40,0 milhões, sendo R\$ 20,0 milhões pagos em 10/10/2022 e R\$ 20,0 milhões até 30/04/2023. Assim, a CONASA passa a deter 100% de participação na Sanema e ASB. Aumento de participação da CONASA na

Via Brasil BR 163 (de 76,0% para 100,0%), composto por: 10% referente ações de minoritários dadas em garantia de empréstimos, executada em função de inadimplemento. 14% referente participação da Zetta Infraestrutura S.A.. Conforme estabelece a cláusula 8.6 do Acordo de Investimento firmado em 05/10/2021, a Zetta (U2S Participações) subscreveu e integralizou 2.089.115 (*) novas ações da CONASA transferindo, em favor desta, sua participação (14%) na Via Brasil BR 163 (*) Com a emissão de 2.089.115 novas ações, a participação do Fundo na CONASA ficou em 82,48% (antes, 83,1%). Total de Ações CONASA pertencente ao Fundo = 229.777.514 (A) Total de Ações CONASA após nova emissão = 278.589.901 (B) (antes, 276.500.786 ações) A/B = 82,48%.

A Prisma Infrastructure Gestora de Recursos Ltda. ("Prisma") formalizou Proposta de Intenções, datada de 04/11/2022, para aquisição de até 30% do total de cotas emitidas pelo Infra Setorial FIP Multiestratégia a R\$ 1.867,63 por cota (base DF 31/03/2022), estabelecendo que o fechamento da Transação estará sujeito ao atendimento de Condições Precedentes.

g) Acordos de Investimentos Firmados

Em meados do mês de novembro/22 a Faceb firmou acordo com a empresa Ameplan Assistência Médica Planejada, sendo que se tratava de ação judicial para recuperação de crédito que já se arrastava ao longo de vários anos. O recursos aplicados na empresa já estavam provisionados no balanço da fundação. Com o acordo a Faceb recuperou R\$ 15.369 mil que serão pagos em 24 parcelas de R\$ 673.536,65 corrigidas pelo INPC + 5% a.a. O início de pagamento das parcelas ocorrerá em janeiro/2023.

4.3.6.4 Investimentos do Plano de Gestão Administrativa da FACEB (PGA)

3.1 - Títulos Mantidos até o Vencimento	Exercício 2022		Exercício 2021	
	Custo de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva	Custo de Aquisição	Valor Atualizado pela Curva
Títulos Públicos	3.972	6.694	3.972	6.307
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.972	6.694	3.972	6.307
Total de Títulos Mantidos até o Vencimento	3.972	6.694	3.972	6.307

Fonte: Gerência de Investimento – GINV

Os Títulos Classificados no item 1.1 possuem os seguintes vencimentos para os próximos exercícios:

	Total
Até 60 Dias	-
De 61 a 180 dias	6.694
de 181 a 360 dias	-
Acima de 360 dias	0
Total	6.694

Fonte: Gerência de Investimento – GINV

3.2 - Títulos para Negociação	Exercício 2022		Exercício 2021	
	Custo de Aquisição	Valor de Mercado	Custo de Aquisição	Valor de Mercado
Títulos Públicos	494	516	494	508

Notas do Tesouro Nacional – NTN	494	516	494	508
Fundos de Investimento	0	12.617	0	12.738
Renda Fixa	-	12.617	-	12.738
Total de Títulos para Negociação	494	13.133	494	13.246

Fonte: Gerência de Investimento – GINV

4.3.6.5 Demonstrativo da Composição Consolidada da Carteira de Investimentos

DESCRIÇÃO	R\$ Mil	
	Exercício 2022	Exercício 2021
TÍTULOS PÚBLICOS	851.743	589.777
Notas do Tesouro Nacional	851.743	589.777
ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADO	17.345	18.343
Títulos Emitidos por Instituição Financeira	0	0
Crédito Bancário	14.704	14.850
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	0	0
Debêntures	2.641	3.493
AÇÕES	58	79
Companhias Abertas	58	79
FUNDOS DE INVESTIMENTO	505.451	842.804
Renda Fixa	173.280	323.698
Direitos Creditórios	3.281	5.052
Ações	135.850	190.620
Participações	15.453	13.311
Multimercado	165.264	174.657
Outros (Investimentos no Exterior)	12.322	135.467
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	10.446	10.116
Uso Próprio	1.682	1.639
Locadas a Terceiros	8.765	8.478
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	31.569	36.440
Empréstimos	31.569	36.440
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	660	660
RECURSOS A RECEBER - PRECATÓRIOS	15.811	0
TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS	1.433.084	1.498.219

4.3.7 – Perdas Estimadas Com Investimentos

A FACEB mantém provisão para perda no valor total dos recursos investidos, ou seja, 100% considerados de difícil realização, com ações judiciais visando o seu recebimento, conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO (Consolidado)	R\$ mil	
	Exercício 2022	Exercício 2021
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS (a)	50.998	52.943
CDB - Certificado de Depósito Bancário (Banco Santos S/A)	1.069	1.069
Crefisul Leasing	1.734	2.735

Procid Participações e Negócios S/A	7.947	7.947
DNC - Debêntures não Conversíveis (Ulbra Recebíveis S/A)	6.722	6.722
DNC - Debêntures não Conversíveis (Sultepa)	11.792	11.792
DNC - Debêntures não Conversíveis (Sultepa) Depósito Judiciais	1.097	1.097
CCB - Sociedade Ltda. (SAMCIL)	11.026	11.026
CCI - Sociedade Ltda. (M. Brasil)	426	426
CCI - Sociedade Ltda. (Ameplan)	2.242	3.185
CCI - Sociedade Ltda. (Ponto Final)	6.943	6.943
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	4.495	5.795
Aluguéis	127	1.427
Imóvel (Rio de Janeiro - CCI - Sociedade Ltda. (M. Brasil))	4.368	4.368
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (a)	2.028	1.618
Empréstimos	2.028	1.618
TOTAL	57.520	60.355

Verifica-se por meio da análise do quadro acima que houve uma redução das Provisões para Perda em razão da recuperação, via judicial, de parte dos investimentos da CCI - Sociedade Ltda. (Ponto Final/Ameplan) e do Crefisul Leasing. A variação das provisões para perda no seguimento de empréstimos decorrente do aumento de inadimplentes no exercício de 2021.

Em relação a provisão da empresa Crefisul Leasing, verificou-se que em 2022 houve o recebimento de R\$ 1.001.411,2 proveniente de pagamentos realizado pela empresa, via depósito judicial.

Com relação a CCI da empresa Ameplan, em abril/22 foi recebido o valor de R\$ 419.576,06 e em outubro de 2022 foi recebido o valor de R\$ 524.205,43, proveniente de pagamentos da empresa, via depósito judicial. Outrossim, em novembro de 2022, houve a renegociação da dívida da empresa Ameplan, que importava a quantia de R\$ 30.739.887,56, com a nova estrutura da dívida, perfaz a quantia de R\$ 15.369.943,80, de acordo com Nota Técnica da Consultoria de Controle e Risco de Investimentos (CCRIN), nº 05 de novembro de 2022, Nota Técnica da Gerência de investimentos (GINV), nº 11 de outubro de 2022, aprovação do Comitê de Investimentos, por meio da ata Nº 43. A renegociação teve a aprovação pela Diretoria Executiva de acordo com ata da 2001ª Reunião Extraordinária, de 23 de novembro de 2022.

As reversões das provisões foram realizadas após o efetivo recebimento na proporção de 8,49% para o plano BD, 70,65% para o Plano Cebprev e 20,87% no Plano CEB - Saldado.

4.3.7.1 – Acompanhamento do Risco

i) FIP Multiner (Reestruturação da Companhia)

Foi realizada a convocação de uma nova AGC do Fundo para deliberar sobre os próximos passos do Fundo na busca da reestruturação das Companhias Investidas. A AGC inicialmente prevista para ocorrer no dia 17 de dezembro de 2021 foi prorrogada para

ocorrer no dia 19 de janeiro de 2022.

Em 18 de janeiro de 2022 o Cotista Postalís apresentou nova manifestação de voto, diferente de sua posição original manifestada em dezembro de 2021 quando tinha votado por reprovar a matéria, trazendo novos termos e condições de uma proposta alternativa de reestruturação das Companhias Investidas do FIP Multiner. Assim, a AGC do dia 19 foi suspensa e retomada em 26 e 28 de janeiro, quando houve deliberação de suspender a AGC para ser retomada no dia 07 de março de 2022, de forma a analisar as possibilidades de reestruturação aplicáveis ao FIP.

ii) **Ação Liquidação Parcial de Cotas – FACEB X FIP, Planner e Gestora – Status**

Em 28/05/2021: Sentença que julgou improcedente o pedido da autora de resgate antecipado das quotas de fundo de investimento em participações, e procedente a reconvenção do Fundo, para obrigar a autora a permanecer como quotista do fundo e condená-la a honrar com as chamadas de capital, na proporção de suas cotas, até o montante atualizado de R\$ 105 mil.

Em 09/06/2021: Embargos de Declaração opostos pela FACEB, suscitando que a sentença foi omissa quanto à aplicabilidade dos artigos 1368-C e seguintes da Lei 13.874/19 ao caso concreto e contraditória quando da fixação dos honorários de sucumbências, que teriam superado o limite permitido pelo §2º do art. 85 do CPC.

Em 11/06/2021: Embargos de Declaração opostos em nome da Multiner e Planner, suscitando que a sentença foi obscura ao não determinar expressamente que a condenação da FACEB se refere ao pagamento de todas as chamadas de capital e demais encargos, na proporção de suas cotas, incluindo todas aquelas vencidas no curso da demanda, quanto as vincendas, em observância ao artigo 323 do CPC.

Em 22/06/2021: Embargos de Declaração opostos pela Polo Capital, suscitando que a sentença foi obscura e omissa quando da fixação da verba sucumbencial, uma vez que deveria ter sido fixada em montante condizente com a complexidade da causa e não com base no valor atualizado da causa, que é muito baixo e não reflete a matéria discutida na ação.

Em 23/06/2021: Publicada decisão que negou provimento aos embargos de declaração opostos pela FACEB e pela Polo Capital. No que diz respeito aos embargos opostos em nome da Multiner e Planner, foi dado provimento, sem efeitos infringentes, apenas para esclarecer que a reconvenção foi julgada procedente, com a condenação da FACEB ao pagamento do débito atualmente existente, sem prejuízo, naturalmente, das que ocorrerem durante o curso do processo e não forem honradas, como dispõe o artigo 323 do CPC.

Em 20/07/2021: Recurso de Apelação interposto pela FACEB reiterando a narrativa posta no curso do processo e requerendo a reforma da sentença de improcedência proferida. Dentre os principais argumentos utilizados no recurso estão: i. investimentos maculados pela Operação Greenfield, que teria apontado diversos atos ilícitos praticados no âmbito da Companhia Investida, o que justificaria a posição da FACEB de contrariedade à prorrogação do Fundo; ii. que o pedido formulado na inicial não seria de resgate das quotas,

mas sim de retirada do Fundo em razão da não concordância com a sua prorrogação e, conseqüentemente, a liquidação antecipada de suas quotas; iii. a aplicação do Código Civil ao caso concreto, considerando que o Fundo foi criado antes das modificações trazidas pela Lei de Liberdade Econômica; iv. abuso de poder pelos sócios majoritários, que deliberaram em AGQ pela prorrogação do Fundo, impondo o seu ônus aos demais quotistas, ainda que trata-se de Fundo em situação irrecuperável; v. aplicação da Teoria Societária ao caso concreto, para que seja considerada a possibilidade de dissolução parcial, nos termos previstos no Código Civil; vi. possibilidade jurídica do pedido de liquidação - teoria condominial, com base no art. 21 da CVM 578/2016; vii. a existência de vácuo legal, com a aplicação das normas do Código Civil em detrimento das instruções normativas da CVM; e ix. necessidade de modificação do ônus sucumbencial imposto. Ainda, no que diz respeito à reconvenção, sustenta a não comprovação das despesas e encargos que envolvem as chamadas de capital realizadas a partir de 2019, ônus que caberia ao FIP Multiner.

Em 03/09/2021: Petição manifestando oposição ao julgamento virtual do processo, requerendo a sua inclusão na pauta presencial ou, caso seja possível, na pauta de julgamento tele presencial, desde que seja assegurado às partes o direito de realizar sustentação oral.

Em 17/12/2021: Protocolo de manifestação informando que a FACEB não atendeu a 9ª chamada de capital do FIP Multiner, o que majorou sua dívida, objeto do pedido reconvenção formulado e julgado procedente, para o valor histórico de R\$ 150 mil.

4.3.8 – Rentabilidades Obtidas e Exigidas

Apresenta-se a seguir quadros demonstrativos evidenciando as rentabilidades obtidas e exigidas em 2022, comparativamente a 2021:

RENTABILIDADE PLANO BD			
EXERCÍCIO	OBTIDA (%)	EXIGIDA (%)	DIFERENÇA (%)
2022	10,59	11,23	-0,58
2021	12,21	15,65	-2,97

Fonte: Gerência de Investimentos – GINV/FACEB

RENTABILIDADE PLANO CD			
EXERCÍCIO	OBTIDA (%)	EXIGIDA (%)	DIFERENÇA (%)
2022	7,91	10,16	-2,04
2021	4,55	14,80	-8,93

Fonte: Gerência de Investimentos – GINV/FACEB

RENTABILIDADE PLANO FACEB Saldado			
EXERCÍCIO	OBTIDA (%)	EXIGIDA (%)	DIFERENÇA (%)
2022	10,93	11,23	-0,27
2021	11,87	15,65	-3,27

Fonte: Gerência de Investimentos – GINV/FACEB

RENTABILIDADE PGA			
EXERCÍCIO	OBTIDA (%)	EXIGIDA (%)	DIFERENÇA (%)
2022	11,75	12,38	-0,56
2021	9,30	4,40	4,69

Fonte: Gerência de Investimentos – GINV/FACEB.

4.3.8.1 – Meta Atuarial Planos BD e FACEB Saldado

Em atenção ao Relatório de Fiscalização PREVIC nº 37/2018 - Processo nº 44011.004144/2018-19, segue quadro de rentabilidade do Plano BD, em comparação à Meta Atuarial, nos períodos de 2012 a 2022:

RENTABILIDADE DO PLANO BD X META ATUARIAL (%)				
ANO	RELATÓRIOS ANUAIS			
	RENTABILIDADE	META	VARIAÇÃO	
			EXPONENCIAL	SIMPLES
2012	14,11	12,57	1,37	1,54
2013	9,79	11,9	-1,89	-2,11
2014	14,42	12,34	1,85	2,08
2015	16,07	17,62	-1,32	-1,55
2016	12,57	12,63	-0,05	-0,06
2017	9,34	7,81	1,53	1,53
2018	10,43	9,28	1,05	1,15
2019	16,73	9,73	6,38	7,00
2020	9,75	10,72	-0,88	-0,97
2021	12,21	15,65	-2,97	-3,44
2022	10,59	11,23	-0,58	-0,64

Fonte: Gerência de Investimentos – GINV/FACEB

RENTABILIDADE DO PLANO FACEB SALDADO X META ATUARIAL (%)				
ANO	RELATÓRIOS ANUAIS			
	RENTABILIDADE	META	VARIAÇÃO	
			EXPONENCIAL	SIMPLES
2020	5,30	7,66	-2,20	-2,36
2021	11,87	15,65	-3,27	-3,78
2022	10,93	11,23	-0,27	-0,30

Fonte: Gerência de Investimentos – GINV/FACEB.

4.3.9 – A Receber Precatórios

O valor de R\$ 15.811 mil registrado nessa conta corresponde os direitos do plano decorrentes de decisão administrativa/judicial que resultaram em créditos provenientes de precatórios emitidos pela União e pelo GDF, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

RECURSOS A RECEBER - PRECATÓRIOS	BD	CD	SD	PGA	TOTAL
PRECATÓRIOS OFND/UNIÃO (a)	858	7.249	2.114		10.221
PRECATÓRIOS DFTRANS/GDF (b)	365	3.042	898	1.285	5.590
TOTAL	1.223	10.291	3.012	1.285	15.811

a) Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND

Em 29 de novembro de 2010, foi emitida a certidão do trânsito em julgado da ação que a Associação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP moveu contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, referente à diferença de correção monetária paga a menor no período de abril/1990 a fevereiro/1991, em virtude da substituição do índice de atualização do IPC para o BTN, em que a FACEB é parte integrante.

Após evolução das negociações e dos acordos firmados versando acerca dos créditos decorrentes de correção monetária das OFNDs adquiridas por diversas entidades fechadas de previdência complementar e a expedição dos respectivos precatórios judiciais em favor da Faceb, os valores foram atualizados pela Gerência de Investimento - GINV e reconhecidos no exercício de 2022.

Dessa forma, considerando os fatos novos referentes a matéria levados ao conhecimento da PREVIC, esta autarquia, por meio do Ofício Circular nº 14/2022/PREVIC, informou que aquelas entidades fechadas de previdência complementar que já tiveram a expedição dos precatórios judiciais em seu próprio nome poderão contabilizar esses recursos. Outrossim a Gerência de Investimentos - GINV atualizou os valores dos Precatórios oriundos da ação judicial (OFND), até setembro de 2022, cujo valor principal é de R\$10.524.285,45 (dez milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, duzentos e oitenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), na data base 01/12/2021, corrigido pelo índice IPCA-E, conforme abaixo:

Plano	Juros Plano	Valor Presente OFND	
		Meta	VP
CD	4,23%	10,39%	R\$ 7.248.853,59
SAL	4,86%	11,06%	R\$ 2.113.955,30
BD	4,93%	11,14%	R\$ 858.200,68
			R\$ 10.221.009,57

Fonte: Relatório Atualização Precatórios GINV 12 de janeiro de 2023

- Para fins de projeção do índice de correção IPCA-E utilizou-se a média dos últimos 5 (cinco) anos, cujo resultado corrigiu os meses subsequentes;
- Para mensuração do valor futuro, foram utilizados o prazo de 2 (dois) anos, conforme cronograma de pagamento do governo federal; e

- Para taxa de desconto, foi utilizada a média dos últimos 5 (cinco) anos do indexador (INPC) dos planos de benefícios e sua taxa de juros.

b) Precatórios GDF – Ação Aluguel DMTU (DFTRANS)

Sob o aspecto jurídico, a Faceb foi informada pelo escritório advocacia Marcondes Gonçalves Advogados que os referidos precatórios estão revestidos de certeza quanto a sua existência, contendo valores líquidos de acordo com as suas respectivas requisições, tendo o GDF como devedor da obrigação. Com base nos acordos firmados versando acerca dos créditos referentes ao processo de execução de aluguéis da locação do SCS, DMTU (DFTRANS) e que, após obter êxito na ação, o processo foi remetido ao arquivo provisório para o pagamento do precatório em favor da FACEB. Ainda, considerando a possibilidade de contabilizar crédito oriundo de precatório, foi emitido no caso denominado OFND, em que a PREVIC manifestou a possibilidade de tal contabilização, foi solicitado pela DIRAF Faceb elaboração Nota Técnica com vistas à contabilização dos precatórios.

Assim, seguindo a mesma orientação dada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), em relação à contabilização das OFNDs, foi solicitado pela Diretoria Administrativo-Financeira - DIRAF a atualização dos precatórios, o registro contábil e a reversão dos saldos, referentes aos alugueis provisionados para perda nos planos (BD, CD, SD e PGA). De acordo com a GINV, o que vem sendo praticado, conforme estratégias previdenciais, os direitos e obrigações foram proporcionados da seguinte forma: CD 70,66%; SD 20,86% e BD 8,48. Informou também que a repartição dos precatórios oriundos da ação contra o GDF para correção dos saldos a receber deverá seguir o mesmo rito.

Conforme parecer jurídico do escritório advocacia Marcondes Gonçalves Advogados, observadas as ordens preferenciais legais, o pagamento dos precatórios observam a ordem cronológica de emissão. Consoante informações colhidas no setor de precatórios, com observância no Sistema de Administração de Precatórios do TJDF, atualmente estão sendo quitados os precatórios do exercício de 2003. Adiante, seguem informações quanto a emissão e a posição na fila de pagamento dos precatórios em questão:

Posição	Nº Processo Precatório	Ano Orçamento	Data autuação/Data do Deferimento da preferência
5509	00143447320078070000	2009	30/11/2007 00:00
10268	00076265520108070000	2011	24/05/2010 00:00
18005	00057360820158070000	2016	27/02/2015 00:00

Fonte: Sistema de Administração de Precatórios do TJDF

Abaixo estão relacionadas as datas e o valor principal:

<u>data</u>	<u>principal</u>
03/12/2007	R\$ 214.690,83
24/11/2014	R\$ 2.621.376,17
26/04/2012	R\$ 247.668,40

Fonte: NT 04/2022 GINV

Diante dos fatos elencados na presente nota, o valor foi proporcionalizado critérios de rateio informados pela GINV, sendo apurados em Dezembro/22 os seguintes saldos por plano de benefícios:

Valores a Contabilizar em Dezembro/2022	
CD	R\$ 3.042.294,67
SAL	R\$ 898.135,68
BD	R\$ 365.109,80
PGA	R\$ 1.284.595,44
Total com deságio 40%	R\$ 5.590.135,59

Fonte: NT 01/2023 GINV

- Para fins de projeção do índice de correção IPCA-E utilizou-se a média dos últimos 5 (cinco) anos, cujo resultado corrigiu os meses subsequentes e a taxa de juros previsto para o precatório 6% a.a. ;
- Para mensuração do valor futuro, foi adotada a data limite de 31/12/2029, conforme cronograma de pagamento do governo do Distrito Federal;
- Para taxa de desconto, foi utilizada a média dos últimos 5 (cinco) anos do indexador (INPC) dos planos de benefícios e suas respectivas taxas de juros;
- Para estes precatórios ao VP foi aplicado um deságio de 40%;

5 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Registra o valor de bens e direitos imobilizados, além de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício. Os itens do Ativo Permanente estão contabilizados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações ou amortizações. É composto de imobilizado e intangível, no montante de R\$ 115 mil no exercício de 2022 (R\$ 127 mil em 2021), conforme segue:

	R\$ Mil	
DESCRIÇÃO	Exercício 2022	Exercício 2021
Imobilizado e intangível	115	127
Imobilizado	115	127
Operacional corpóreo	115	127
Bens móveis	115	127
Móveis e utensílios	64	68
(-) Depreciação - móveis e utensílios	(138)	(127)
Custo atribuído - móveis e utensílios	202	196
Veículos	0	0
(-) Depreciação - veículos	0	0

26

Custo atribuído - veículos	0	0
Computadores e periféricos	51	59
(-) Depreciação - computadores e periféricos	(219)	(188)
Custo atribuído - computadores e periféricos	270	246
Ventiladores e refrigeradores de ar	0	0
(-) Depreciação - ventiladores e refrigeradores de ar	(44)	(44)
Custo atribuído - ventilad. e refrigeradores	44	44
Intangível	0	0
Gastos com implantação, reorganização e desenvolvimento	0	0
Software/implantação site	0	
(-) Amortização	(6)	(6)
Custo atribuído - software	6	6

Fonte: Balancetes de Dezembro exercícios 2022 e 2021.

A FACEB adotou as seguintes taxas de depreciação e amortização:

DESCRIÇÃO	%
Móveis e utensílios	10% a.a.
Máquinas e equipamentos	10 % a.a.
Computadores e periféricos	20 % a.a.
Ventiladores e refrigeradores de ar	25% a.a.
Veículos	20% a.a.
Intangível	20% a.a.

Fonte: Gerência de Contabilidade - GCON

6 - GESTÃO ASSISTENCIAL

Está registrado a totalidade dos direitos do plano de assistência à saúde no Ativo da Fundação, a qual detém registro ativo na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	R\$ mil	
	2022	2021
Gestão Assistencial	51.087	50.451

Vide Nota explicativa nº15.

7 – REGIME TRIBUTÁRIO

7.1 – Imposto de Renda para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar

Em 29 de dezembro de 2004 foi publicada a Lei nº 11.053, conversão da MP nº 209 de 2004, que dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. A lei, que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2005, isentou os Fundos de Pensão do pagamento do Imposto de Renda.

7.2 – Imposto de Renda para Participantes

De acordo com a legislação vigente para os planos previdenciários na modalidade BD (Benefício Definido), é utilizada a tabela progressiva de Imposto de Renda. Para os participantes do plano CD (Contribuição Definida) é opcional a escolha da tabela de IRRF (progressiva ou regressiva).

7.3 – PIS e COFINS

O PIS e a COFINS são calculados às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, com base nas receitas auferidas de acordo com a legislação pertinente. A partir da competência março/2006 passaram a ser depositados judicialmente (nota 10). Em janeiro de 2015 as referidas contribuições passaram a ser recolhidas de forma regular normalmente e não mais depositadas judicialmente.

8 – CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Representa o valor das importâncias transferidas à gestão administrativa para a cobertura dos respectivos custos administrativos.

As fontes utilizadas para o custeio administrativo dos planos de benefícios geridos pela FACEB foram as seguintes:

- Contribuição dos participantes e assistidos definidas no plano de custeio anual;
- Contribuição das patrocinadoras definidas no plano de custeio anual;
- Resultado dos investimentos;
- Taxa de administração de empréstimos aos participantes;
- Reembolso dos Patrocinadores;
- Receitas Administrativas; e
- Fundo Administrativo.

O teto limite de destinação de recursos (fontes) para o plano de gestão administrativa é de 1% de taxa de administração, percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios no último dia do exercício a que se referir. A FACEB destinou o percentual de 0,56% (0,68% em 2021), conforme demonstrado a seguir:

RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS – RGRT		R\$ mil
1.00.00.00.00.00.00.00.00.00	ATIVO	1.412.133
1.01.00.00.00.00.00.00.00.00	DISPONÍVEL	160
1.02.03.00.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.411.973
2.00.00.00.00.00.00.00.00.00	PASSIVO	1.179
2.01.03.00.00.00.00.00.00.00	EXIGÍVEL OPERACIONAL INVESTIMENTOS	519
2.02.03.00.00.00.00.00.00.00	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL INVESTIMENTOS	660
RGRT =	(ATIVO - PASSIVO)	1.410.954

R\$ mil

28

RECURSOS DESTINADOS AO PGA		
3.04.02.00.00.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES/REEMBOLSOS	990
5.04.00.00.00.00.00.00.00.00	COBERTURA/REVERSÃO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	6.872
RECURSOS TRANSFERIDOS AO PGA		7.862

Fonte: Balancete de Dezembro exercícios 2022

LIMITE DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	<u>(Recursos destinados ao PGA) X 100 =</u> RGRT	0,56%
--	---	--------------

O quadro abaixo apresenta os saldos relativos às fontes de custeio (taxa de carregamento e taxa de administração) por plano de benefícios previdenciais:

FONTES PGA	R\$ Mil			
	Plano BD	CEBPREV	BD Saldado	CONSOLIDADO
Custeio PGA (Previdencial)	79	901	0	980
Custeio PGA (Investimentos)	708	4.207	1.967	6.882
TOTAL	787	5.108	1.967	7.862

A Instrução Previc nº 31/2020, publicada em 20 de agosto de 2020, alterou determinados aspectos dos registros contábeis, que incluem as operações dos planos de benefícios e o plano de gestão administrativa a partir de 1º de janeiro de 2021. As principais modificações que geraram reflexos nas demonstrações contábeis da Fundação estão apresentadas a seguir:

- a) Registro das Despesas Administrativas: as despesas administrativas para a gestão dos planos de benefícios estão contabilizadas de forma consolidada, não havendo mais a segregação entre despesa da Gestão Previdencial e de Investimentos.
- b) Registro das Despesas Diretas dos Investimentos: as despesas diretas de investimentos foram contabilizadas como “Deduções/Variações Negativas” dos investimentos nos respectivos planos de benefícios.

Em conformidade com a norma, as despesas administrativas comuns foram custeadas pelos planos de benefícios por meio de critério de rateio, de acordo com a seguinte metodologia:

- As despesas administrativas previdenciais foram custeadas pelos Planos de Benefícios administrados pela FACEB, considerando o número de participantes e seus pesos, bem como as reservas matemáticas dos planos de benefícios;
- As despesas administrativas assistenciais foram integralmente custeadas pelos planos de benefícios assistenciais administrados pela FACEB; e
- As despesas administrativas de investimentos foram custeadas pelos planos de benefícios administrados pela Fundação, na proporção dos recursos garantidores de cada um, no total de recursos administrados pela FACEB.

Em 2021 houve a necessidade de atualização do critério de rateio para as despesas comuns, conforme artigo 2º da Instrução Previc nº 31 de 2020 e as contas contábeis que representavam as despesas administrativas da Gestão de Investimentos, foram apresentadas em um só grupo de contas, dentro da Gestão Previdencial. Dessa forma, as despesas administrativas foram contabilizadas no PGA – Plano de Gestão Administrativo, as quais foram rateadas entre as Gestões Previdencial e Assistencial seguindo as seguintes diretrizes:

VERBAS	PREVIDENCIAL	ASSISTENCIAL
PESSOAL E ENCARGOS	63,40%	36,60%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	50,00%	50,00%
DESPESAS GERAIS	50,00%	50,00%

O Demonstrativo abaixo contempla as despesas administrativas registradas na gestão Previdencial/Investimentos:

GESTÃO PREVIDENCIAL	R\$ mil	
	2022	2021
Pessoal / Encargos	6.591	5.288
Treinamentos/Congressos/Seminários	102	54
Viagens e Estadias	145	0
Serviços de Terceiros	2.161	1.417
Despesas Gerais	429	430
Depreciações e Amortizações	22	21
Contingências/PIS/COFINS	542	539
Contingências/Judiciais	0	923
TOTAL	9.992	8.672

O acréscimo verificado em relação ao exercício anterior decorre principalmente do reajuste da Folha da Faceb, bem como do pagamento de abono aos empregados relativo as Metas Institucionais, o qual foi registrado na verba Pessoal e Encargos.

Também houve o pagamento registrado na verba de Serviços de Terceiros para consultoria atuarial em face dos processos de licenciamentos em curso, retiradas de patrocínio (Grupo CEB) e incorporação da FACEB à NÉOS Previdência.

No tocante ao critério de rateio por plano de benefícios, foi levando em consideração a ponderação entre os montantes apurados dos Recursos Garantidores, Provisões Matemáticas e quantidade de participantes, sendo atribuído os percentuais aproximados de: 9% para o plano BD; 68% para o plano CD; e 23% para o plano FACEB-Saudado, os quais foram atualizados mensalmente com base na última posição (mês anterior ao fechamento), conforme demonstrado abaixo:

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ mil			
	Plano BD	CEBPREV	BD Saldado	CONSOLIDADO
Pessoal / Encargos	(609)	(4.532)	(1.450)	(6.591)

Treinamentos/Congressos/Seminários	(9)	(70)	(23)	(102)
Viagens e Estadias	(13)	(100)	(32)	(145)
Serviços de Terceiros	(200)	(1.486)	(475)	(2.161)
Despesas Gerais	(40)	(295)	(94)	(429)
Depreciações e Amortizações	(2)	(15)	(5)	(22)
Contingências/PIS/COFINS	(50)	(373)	(119)	(542)
Contingências/Judiciais	-	-	-	-
TOTAL	(924)	(6.869)	(2.198)	(9.992)
(%)	9%	68%	23%	100%

9 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

No exigível operacional são registrados os valores que estão caracterizados pelas obrigações econômicas reconhecidas pelos Planos de Benefícios, visando a liquidação dos recursos a pagar. O montante de R\$ 7.248 mil (R\$ 9.317 mil em 2021) deste grupo representa os compromissos financeiros assumidos pela FACEB e não liquidados até a data do balanço, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ mil

2022						
NOME DA CONTA	PLANO BD	PLANO CD	FACEB SALDADO	PGA	OPERAÇÕES COMUNS	CONSOLIDADO
EXIGÍVEL PREVIDENCIAL	2.889	2.818	724	1.822	(992)	7.261
GESTÃO PREVIDENCIAL	2.830	2.530	552	0	(115)	5.797
GESTÃO ADMINISTRATIVA	-	-	-	1.821	(472)	1.349
INVESTIMENTOS	59	288	172	1	(405)	115

R\$ mil

2021						
NOME DA CONTA	PLANO BD	PLANO CD	FACEB SALDADO	PGA	OPERAÇÕES COMUNS	CONSOLIDADO
EXIGÍVEL PREVIDENCIAL	4.724	2.894	756	1.515	(572)	9.317
GESTÃO PREVIDENCIAL	4.664	2.715	532	0	(194)	7.717
GESTÃO ADMINISTRATIVA	-	-	-	1.514	-	1.514
INVESTIMENTOS	60	179	224	1	(378)	86

Fonte: Balancetes de Dezembro exercícios 2022 e 2021

O valor de R\$ 5.797 mil (R\$ 7.717 mil em 2021) registrado na Gestão Previdencial corresponde principalmente os valores dos impostos calculados sobre a folha de benefícios e os saldos provisionados dos institutos, ou seja, os recursos provenientes dos participantes que optaram pelo cancelamento de suas inscrições junto aos planos de benefícios e que ainda não se desligaram da patrocinadora.

O valor de R\$ 1.349 mil (R\$ 1.514 mil em 2021) registrado na Gestão Administrativa corresponde, principalmente, os saldos registrados nas rubricas de provisões de férias e retenções de tributos a recolher realizadas sobre folha dos empregados e serviços de terceiros prestados à fundação.

O valor de R\$ 115 mil (R\$ 86 mil em 2021) registrado na rubrica do exigível operacional de investimento corresponde principalmente o saldo negativo dos fundos de investimentos em participação e os saldos provisionados dos impostos sobre operações financeiras (IOF) retidos dos empréstimos concedidos aos participantes dos planos de benefícios.

10 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

O valor provisionado deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente é o valor que a Fundação racionalmente pagaria para liquidar a obrigação na data do balanço.

A FACEB é parte em processos contingenciais de natureza cível e tributária. O critério adotado pela Fundação considera a possibilidade de ocorrência de perda nas ações judiciais e administrativas, com base na avaliação jurídica de cada ação, conforme quadro a seguir:

								R\$ mil
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL								
DESCRIÇÃO	PREVIDENCIAL			INVESTIMENTO			ADMINISTRATIVO (ii)	TOTAL
	BD	CD	SALDADO	BD	CD	SALDADO		
Valor Provisionado	580	0	0	56	467	138	8.539	9.780
(i) Depósitos judiciais e recursais	0	0	0	(56)	(467)	(138)	(8.507)	(9.168)
Saldo líquido	580	0	0	0	0	0	32	612

Fonte: Balancetes de Dezembro exercícios 2022

(i) Os valores relativos aos depósitos judiciais/recursais estão contabilizados no Ativo perfazem: R\$ 660 mil (R\$ 660 mil em 2021) referentes ao investimento e R\$ 8.539 mil (R\$ 8.539 em 2021) referente a Gestão Administrativa.

No exigível contingencial administrativo estão contabilizados os valores relativos à ação judicial de tributos (PIS e COFINS) no valor de R\$ 7.527 mil. Também estão contabilizados os valores de R\$ 917 mil relativo a depósito judicial à GRU da Receita Federal, como garantia do juízo em fase ao Processo nº 10551529820214013400 e R\$ 63 mil relativo depósito judicial em ação anulatória em desfavor da ANS referentes aos processos nº 10151846120214013400 / nº 1054692-14.2021.4.01.3400.

As eventuais perdas foram enquadradas em remotas, prováveis e possíveis, para fins de registro nas demonstrações contábeis, levando-se em consideração a seguinte regra de provisionamento: 100% do valor apurado nos processos avaliados como perda provável e nenhum tratamento contábil (reconhecimento e mensuração) aos processos avaliados como perda remota e possível, conforme quadro a seguir:

				R\$ mil
PLANO BD	PLANO CD	PLANO SALDADO	PGA	

EXPECTATIVA DE PERDA	VALOR EM RISCO	VALOR PROVISIONADO						
Remota	8.622	0	0	0	0	0	0	0
Possível	953	0	0	0	0	0	350	0
Total	9.575	0	-	-	-	-	350	-

Fonte: Relatórios COJUR

Levou-se em consideração, para se alcançar a melhor estimativa da provisão, os riscos e as incertezas que inevitavelmente existem em torno dos eventos e circunstâncias.

11 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

11.1 - Plano na modalidade Benefício Definido – Plano BD

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas em bases atuariais, segundo cálculos de consultoria atuarial contratada pela Fundação e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos, benefícios a conceder e à provisão matemática a constituir.

A avaliação atuarial é o estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal. Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e, também, as de caráter biométrico (tábuas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e quantidade de dependentes), a depender das características de cada plano.

Para a avaliação atuarial do exercício foram utilizados os dados cadastrais posicionados em 31 de dezembro de 2022 e as seguintes hipóteses e premissas atuariais, atestadas pelo atuário responsável pelo Plano:

HIPÓTESE	UTILIZADA NA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2022	UTILIZADA NA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2021
Tábua de mortalidade geral (válidos)	AT - 2000 M&F suavizada em 10%	AT - 2000 M&F suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	MI85	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Taxa real anual de juros	4,93%	5,00%
Taxa anual de crescimento real dos salários	Não aplicável	Não aplicável
Rotatividade	Nula	Nula
Fator de capacidade salarial	Não aplicável	Não aplicável
Fator de capacidade dos benefícios	98%	98%

Taxa anual de inflação estimada	3,46%	3,30%
---------------------------------	-------	-------

Fonte: Estudo de Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais 2022

Foi adotado método atuarial de Capitalização conjugado com o método Agregado para a avaliação de todos os benefícios do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais da FACEB - Plano BD, exceto os benefícios de Auxílio Funeral, Suplementação de Auxílio-Doença e Suplementação de Auxílio-Reclusão, onde se adota o regime de Repartição Simples. Informamos que não ocorreram alterações nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

As provisões de benefícios concedidos representam o valor atual dos benefícios futuros já concedidos, líquidos das futuras contribuições, a serem pagos aos assistidos e beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada.

As provisões de benefícios a conceder representam o valor atual dos benefícios futuros, ainda não concedidos, deduzido das futuras contribuições, a serem pagos aos participantes ativos na forma de benefícios, sejam de prestação continuada, sejam de prestação única (Pecúlio por morte).

As provisões matemáticas a constituir – serviço passado – representam o registro de pagamentos futuros de joia a amortizar de participantes.

A adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Com base no exposto, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a alteração da taxa real anual de do juros de 5,00% a.a., para 4,93%.

De acordo com a avaliação atuarial de 31/12/2022, a “duração” do passivo do Plano BD resultou em 11,18 anos, aproximadamente.

A seguir quadro Demonstrativo das Provisões Matemáticas do Plano BD:

	R\$ mil	
DESCRIÇÃO	2022	2021
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	129.133	129.102
1. Provisões Matemáticas	135.871	137.913
1.1. Benefícios Concedidos	147.350	144.386
Benefício Definido Est. em Regime de Capitalização	147.350	144.386
1.2. Benefício a Conceder	8.119	12.899
Benefício Definido Estrut. Regime de Capital. Prog	7.658	12.110
Benef. Definido Estrut. Regime Capital. Não Progr.	461	789
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(19.598)	(19.372)
(-) Serviço passado	-	-
(-) Participantes	-	-
(-) Déficit Equacionado	(19.598)	(19.372)
(-) Patrocinador (es)	-	-
(-) Participantes	(1.023)	(1.589)

(-) Assistidos	(18.574)	(17.783)
2. Equilíbrio Técnico	(6.738)	(8.811)
2.1. Resultados Realizados	(6.738)	(8.811)
Deficit técnico acumulado	(6.738)	(8.811)

Fonte: Avaliação Atuarial 2021 e 2022 – Consultoria Atuarial Mercer

A variação decorre principalmente da atualização das provisões matemáticas, tendo como base a inflação e a taxa de juros anuais, conforme relatório de avaliação atuarial da empresa de consultoria (Mercer).

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as hipóteses aprovadas pelos órgãos de governança da Faceb, com base no estudo de aderência das premissas e hipóteses realizado pela empresa de consultoria atuarial Mercer, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

A variação das provisões matemáticas de benefício a conceder e benefício concedido na avaliação atuarial de 2021 para 2022 se deve principalmente à movimentação da massa de participantes, reflexo dos resgates e portabilidades, além da atualização dos benefícios, conforme previsão regulamentar.

Por fim, em Provisões Matemáticas a constituir é observado o rebalanceamento dos deficits entre as contas de participantes e assistidos.

11.2 - Plano na modalidade Benefício Definido – FACEB Saldado

Igualmente ao Plano BD, as provisões matemáticas do plano de benefício Faceb Saldado são determinadas em bases atuariais, segundo cálculos de consultoria atuarial contratada pela Fundação e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e benefícios a conceder.

Para a avaliação atuarial do exercício foram utilizados os dados cadastrais posicionados em 31 de dezembro de 2022 e as seguintes hipóteses e premissas atuariais, atestadas pelo atuário responsável pelo Plano:

HIPÓTESE	UTILIZADA NA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2022	UTILIZADA NA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2021
Tábua de mortalidade geral (válidos)	AT - 2000 M&F suavizada em 10%	AT - 2000 M&F suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	MI85	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Taxa real anual de juros	4,86%	5,00%
Taxa anual de crescimento real dos salários	Não aplicável	Não aplicável
Rotatividade	Nula	Nula
Fator de capacidade salarial	Não aplicável	Não aplicável
Fator de capacidade dos benefícios	98%	98%

HIPÓTESE	UTILIZADA NA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2022	UTILIZADA NA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2021
Taxa anual de inflação estimada	3,46%	3,30%

Fonte: Estudo de Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais 2022

De acordo com a avaliação atuarial de 31/12/2022, a “duração” do passivo do Plano FACEB SALDADO resultou em 9,96 anos.

Foi adotado método atuarial de Capitalização conjugado com o método Agregado para a avaliação de todos os benefícios do Plano FACEB SALDADO, onde se adota o regime de Repartição Simples. Não ocorreram alterações nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

A seguir quadro Demonstrativo das Provisões Matemáticas do Plano FACEB - Saldado:

DESCRIÇÃO	R\$ mil	
	2022	2021
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	344.449	336.686
1. Provisões Matemáticas	360.522	347.657
1.1. Benefícios Concedidos	350.129	333.320
Benefício Definido Est. em Regime de Capitalização	350.129	333.320
1.2. Benefício a Conceder	10.392	14.337
Benefício Definido Estrut. Regime de Capital. Prog	10.392	14.337
2. Equilíbrio Técnico	(16.073)	(10.971)
2.1. Resultados Realizados	(16.073)	(10.971)
Deficit técnico acumulado	(16.073)	(10.971)

Fonte: Avaliação Atuarial 2021 e 2022 – Consultoria Atuarial Mercer

A variação decorre principalmente da atualização das provisões matemáticas, tendo como base a inflação e a taxa de juros anuais, conforme relatório de avaliação atuarial da empresa de consultoria (Mercer). Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as hipóteses aprovadas pelo Conselho Deliberativo, com base no estudo de aderência das premissas e hipóteses atuariais, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação, contribuições recebidas e benefícios pagos).

O aumento no valor dos benefícios concedidos se dá em função, especialmente, do reajuste dos benefícios, no percentual de 6,46%, conforme previsão regulamentar. E, quanto aos benefícios a conceder, a sua redução é reflexo de um resgate e uma portabilidade no período.

Há que destacar que o plano Saldado, além de fechado, não há aporte de contribuições, salvo as do contrato da dívida de competência das patrocinadoras, o que reflete no resultado do plano.

11.3 - Plano na modalidade Contribuição Definida – Plano CEBPREV

O plano não apresenta componentes de riscos atuariais, em função de se tratar de plano

estruturado na modalidade de contribuição definida. As hipóteses atuariais aplicáveis ao CEBPREV destinam-se exclusivamente ao cálculo do benefício pago na forma de renda por prazo indeterminado, conforme previsto em Nota Técnica Atuarial. Além disso, o plano prevê uma cobertura adicional de risco para os eventos de invalidez e morte, quando da inscrição do Participante no Plano, o qual passa a ser coberto pelo Contrato de Seguro, sendo o custeio desses benefícios definidos por meio do contrato fixado com segurador, conforme disposto no Capítulo V do Regulamento do Plano.

O Plano CEBPREV é estruturado, em sua totalidade, na modalidade de Contribuição Definida, portanto, as provisões matemáticas do plano evoluem com as entradas (contribuições), saídas (benefícios pagos, resgates, portabilidades, etc.) e rentabilidade auferida.

Dessa forma, as provisões matemáticas são determinadas em função dos recursos acumulados, compostos pelas contribuições dos participantes, patrocinadoras e a rentabilidade proveniente da aplicação dos recursos.

A seguir quadro Demonstrativo das Provisões Matemáticas do Plano CD (CEBPREV):

	R\$ mil	
DESCRIÇÃO	2022	2021
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	1.005.717	1.078.471
1. Provisões Matemáticas	1.005.717	1.078.471
1.1. Benefícios Concedidos	847.904	894.131
Saldo de Conta dos Assistidos	847.904	894.131
1.2. Benefício a Conceder	157.813	184.339
Contribuição Definida	157.813	184.339
Saldo de contas – parcela patrocinador(es)	42.582	15.426
Saldo de contas - parcela participantes	115.231	168.913

Fonte: Avaliação Atuarial 2021 e 2022 – Consultoria Atuarial Mercer

A variação das provisões matemáticas de benefício a conceder e benefício concedido se deve principalmente pelos resgates e portabilidades realizados no exercício de 2022, decorrentes, principalmente do programa de desligamento voluntário (PDV), promovido por patrocinadora e do fluxo de pagamento de benefícios deste plano.

Para a avaliação atuarial do exercício foram utilizados os dados cadastrais posicionados em 31 de dezembro de 2022 e as seguintes hipóteses e premissas atuariais, atestadas pelo atuário responsável pelo Plano:

HIPÓTESE	UTILIZADA NA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2022	UTILIZADA NA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2021
Tábua de mortalidade geral (válidos)	AT - 2000 M&F suavizada em 10%	AT - 2000 M&F suavizada em 10%
Taxa real anual de juros	4,23%	4,23%

Fonte: Estudo de Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais 2022

11.4 – Provisões Consolidadas

O quadro a seguir demonstra as provisões matemáticas consolidadas dos Planos de Benefício Definido, FACEB Saldado e Contribuição Definida:

DESCRIÇÃO	R\$ mil	
	2022	2021
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	1.479.298	1.544.259
1. Provisões Matemáticas	1.502.109	1.564.041
1.1. Benefícios Concedidos	1.345.383	1.371.838
Contribuição Definida	847.904	894.131
Benefício Definido	497.479	477.707
1.2. Benefício a Conceder	176.324	211.575
 Contribuição Definida	157.813	184.339
Saldo de contas – parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	42.582	15.426
Saldo de contas - parcela participantes	115.231	168.913
Benefício Definido	18.511	27.236
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(19.598)	(19.372)
(-) Serviço passado	-	-
(-) Participantes	-	-
(-) Déficit Equacionado	(19.598)	(19.372)
(-) Patrocinador (es)	-	-
(-) Participantes	(1.023)	(1.589)
(-) Assistidos	(18.574)	(17.783)
2. Equilíbrio Técnico	(22.811)	(19.782)
2.1. Resultados Realizados	(22.811)	(19.782)
Déficit técnico acumulado	(22.811)	(19.782)

Fonte: Balançetes de Dezembro exercícios 2022 e 2021.

Atendendo o anexo III da IN PREVIC Nº 44 o saldo relativo ao Deficit Equacionado da Patrocinadora foi registrado em grupo de contas do Ativo, “operações contratadas” conforme mencionado anteriormente (Nota 4). Ainda, o Art. 22 da Instrução PREVIC Nº 31, de 20 de agosto de 2020, informa que as EFPC devem registrar contabilmente os instrumentos de dívidas de patrocinador relativos aos financiamentos de serviço passado e de deficit técnico equacionado no grupo "Operações Contratadas", no "Realizável Previdencial", no Ativo.

12 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

Representa a diferença apurada entre os recursos patrimoniais do Plano de Benefícios (Patrimônio de Cobertura) e seus compromissos com as rendas previdenciárias futuras (Obrigações Atuariais). O saldo registrado no equilíbrio técnico corresponde o excedente ou a insuficiência patrimonial (déficit/superávit) em relação aos compromissos totais da Fundação, cujo registro contábil deve ser por Plano de Benefícios.

Foi publicada no Diário Oficial da União de 30/11/2018, a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, que trata da apuração dos resultados, destinação do superávit e equacionamento do deficit. As alterações elencadas na citada resolução trazem regras de

solvência dos planos de benefícios previdenciários, determinando tratamentos especiais para destinação da reserva especial e equacionamento do deficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, bem como estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefício.

12.1 – Plano na modalidade Benefício Definido – Plano BD

O Plano BD apresentou, no exercício, superavit técnico de R\$ 2.072 mil. Dessa forma, o deficit acumulado passou de (R\$ 8.811 mil), em 31/12/2021, para (R\$ 6.738) mil, em 31/12/2022, observado através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano. A variação verificada foi a redução do deficit em -26%, comparativamente ao resultado acumulado de 31/12/2021.

De acordo com o parecer enviado pela Consultoria Mercer, a redução do deficit se deve, principalmente, pela movimentação da base cadastral e rentabilidade dos ativos do plano. No período compreendido entre janeiro/2022 e dezembro/2022, a meta atuarial do Plano foi de 11,23%, composta pelo INPC de 5,93% mais taxa de juros de 5,00%, enquanto que a rentabilidade alcançada no mesmo período foi de 10,59%, representando uma perda atuarial de -0,58%.

O resultado superavitário do Plano no exercício apresenta características estruturais e conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, em decorrência da redução das obrigações futuras, benefícios a conceder, dada a movimentação de participantes. A variação positiva no patrimônio de cobertura do plano foi pouco sensível para esse caso, ainda que tenha contribuição.

12.2 – Plano na modalidade Benefício Definido – FACEB Saldado

O Plano FACEB Saldado apresentou, no exercício, deficit técnico de (R\$ 5.101 mil). Dessa forma, o deficit acumulado passou de (R\$ 10.971 mil), em 31/12/2021, para (R\$ 16.073 mil), em 31/12/2022, observado através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano.

De acordo com a avaliação atuarial realizada pela consultoria Mercer, o Plano apresenta situação deficitária, resultante de causas conjunturais e estruturais. O resultado deficitário ocorreu em função do aumento nas provisões matemáticas. No período compreendido, a meta atuarial do Plano foi de 11,23%, composta pelo INPC de 5,93%, mais taxa de juros de 5,00%, enquanto que a rentabilidade alcançada no mesmo período foi de 10,93%, representando uma perda atuarial de -0,27%. Há que destacar que o plano Saldado, além de fechado, não há aporte de contribuições, salvo as do contrato da dívida de competência das patrocinadoras.

Embora o relativo aumento no patrimônio de cobertura, cerca de 2,5%, o aumento no deficit do plano foi consideravelmente maior, aproximadamente 41%, podendo ser atribuído à ausência de contribuições, a redução na taxa de juros e considerável aumento nos benefícios concedidos, também em função do ajuste regulamentar aplicável aos benefícios.

12.3 – Plano na modalidade Contribuição Definida – Plano CD

O Plano CD não apresenta superávit/deficit, uma vez que todos os valores que ingressam no Plano, seja a título de contribuição ou a título de rentabilidade, são integralmente direcionados para a constituição de Provisões Matemáticas e Fundos, mantendo, desta forma, uma equalização constante entre Ativos e Passivos.

13 – AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020, o ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada nesta avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

O ajuste de precificação positivo ou negativo deve ser discriminado em informações complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano BD – DAL, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

13.1 – Plano na modalidade Benefício Definido – Plano BD

O ajuste de precificação dos títulos públicos, em 31 de dezembro de 2022, do Plano BD resultou em um valor positivo de R\$ 14.275, conforme demonstrado a seguir:

ANO VENCIMENTO	FREQ. ANUAL	QTDE. TÍTULOS	TAXA MÉDIA (%)
2023	7	1.173	6,82%
2024	2	1.005	8,44%
2026	4	1.050	6,37%
2030	4	4.677	6,39%
2035	11	3.838	7,01%
2040	5	966	6,10%
2045	5	4.326	8,29%
2050	10	2.927	5,84%
2055	5	1.395	6,38%
Total	53	21.357	6,92%

VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	AJUSTE	R\$ mil
81.040	95.315	14.275	

Fonte: Relatório da Avaliação Atuarial 2022

Assim, conforme informado no Relatório de Avaliação Atuarial de 2022, o saldo de ajuste de precificação foi de R\$14.275 mil, o que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$7.537 mil, frente ao déficit apurado no período

De acordo com o referido relatório, a parcela do déficit acima do limite estabelecido pelo Artigo 29 da Resolução CNPC nº 30/2018, calculado pela fórmula: $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, deverá ser objeto de plano de equacionamento. O valor do limite, considerando a fórmula anterior, montava em R\$ 9.756 mil. Esclarecemos que a duração do passivo considerada no cálculo do limite descrito acima foi de 11,18 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2022. Portanto, dado o Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário, não há valor a ser equacionado obrigatoriamente, em 31/12/2022.

Vale ressaltar que nos exercícios 2016, 2017, 2018 e 2020 foram apurados saldos a equacionar. Após o Relatório de Avaliação Atuarial Especial, realizado com base na Data-Efetiva, os saldos a equacionar foram recalculados, passando para os seguintes valores:

R\$ mil			
ANO	APURADO NO EXERCÍCIO	APURADO EM 01/07/2020	PRAZO (MESES)
2016	33.185	960	216,9
2017	25.654	689	209
2018	100.542	2.482	223
2020	-	3.586	214

Fonte: LAUDO ATUARIAL ESPECIAL PLANO BD DA MERCER GAMA

13.2 – Plano na modalidade Benefício Definido – FACEB Saldado

O Ajuste de Precificação dos títulos públicos, em 31 de dezembro de 2022, do Plano FACEB Saldado resultou em um valor positivo de R\$ 36.620, conforme demonstrado a seguir:

ANO VENCIMENTO	FREQ. ANUAL	QTDE. TÍTULOS	TAXA MÉDIA (%)
2023	7	2.887	6,82%
2024	2	2.472	8,44%
2026	4	2.579	6,37%
2030	4	11.506	6,39%
2035	11	9.442	7,01%
2040	5	2.378	6,10%
2045	5	10.638	8,29%
2050	10	7.188	5,84%
2055	5	3.432	6,38%
Total	53	52.522	6,92%

R\$ mil		
VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	AJUSTE
199.294	235.914	36.620

Fonte: LAUDO ATUARIAL ESPECIAL PLANO FACEB SALDADO DA MERCER GAMA

O valor do limite, considerando a fórmula indicada na Nota 13.1, perfaz o montante de (R\$ 21.486 mil). A duração do passivo considerada no cálculo do limite descrito acima foi de 9,96 anos, apurada na avaliação atuarial de 31/12/2022.

Após o ajuste de precificação, apurou-se um Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$ 20.547 mil que passou a ser a base de cálculo para a apuração do resultado para equacionamento de déficit técnico do Plano, que comparado ao Limite de Déficit Técnico Acumulado de (R\$ 21.486 mil) ou 5,96% das Provisões Matemáticas, apurado com base na Duração do Passivo de 9,96 anos em 31/12/2022, não resultará na obrigatoriedade de equacionamento no exercício.

14 – FUNDOS

O total de R\$ 26.849 mil (R\$ 25.094 mil em 2021) representa a soma dos saldos registrados nos fundos constituídos pela reversão de saldo por exigência regulamentar (Fundos Previdenciais), pela sobra apurada entre a receita e despesa do plano de gestão administrativa – PGA (Fundo Administrativo) e pelo seguro cobrado para garantir as operações com participantes, tais como os empréstimos concedidos para os participantes dos planos de benefícios (Fundo Empréstimos/ Investimentos).

14.1 – Fundos Previdenciais - Fundo Coletivo (Plano CD)

O Fundo Coletivo foi constituído pelas transferências dos saldos verificados nas contas previdenciais dos participantes, que efetuaram resgate por motivo de cancelamento de inscrição, decorrente das parcelas não resgatáveis, correspondente às contribuições dos Patrocinadores mais a sua respectiva remuneração, conforme demonstrativo abaixo:

	R\$ mil	
DESCRIÇÃO	2022	2021
FUNDO COLETIVO	4.095	3.681
SALDO ANTERIOR	3.680	2.555
CONSTITUIÇÕES	3.327	1.126
REVERSÕES	(2.912)	0

Fonte: Balancetes de Dezembro exercícios 2022 e 2021

Constituição

O Fundo Previdencial - Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar foi constituído com as contribuições da(s) Patrocinadora(s), as quais os Participantes não tiveram direito por terem se desligado da Patrocinadora antes de se tornarem elegíveis aos benefícios. A variação do fundo de R\$ R\$ 4.095 mil (R\$ 3.681 mil em 2021) se deve principalmente pelos resgates realizados no exercício de 2022, decorrentes do programa de desligamento dos empregados da patrocinadora. Outrossim, verificou-se que o tempo de inscrição dos empregados que se desligaram em 2022 era inferior aos que se desligaram em 2021, razão pela qual houve um incremento a maior no fundo em relação ao exercício anterior R\$ 3.327 mil (R\$ 1.126 mil em 2021).

Reversão/Utilização

O Fundo Coletivo poderá ser utilizado pelas Patrocinadoras para financiar contribuições ou valorização da cota patrimonial, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo da FACEB e anuência das patrocinadoras, conforme previsto no Regulamento,

inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

Com base nessa prerrogativa, a patrocinadora Neoenergia, seguida pelas demais patrocinadoras (Faceb e empresas do grupo Ceb), solicitaram o uso do referido Fundo para a compensação das contribuições patronais até findo o processo de retirada de patrocínio em curso na Entidade, conforme nota 20 (Retirada de Patrocínio).

Dessa forma, foram utilizados para compensação das contribuições patronais os seguintes saldos até 31/12/2022:

Patrocinadora	Saldo Utilizado	R\$ mil
CEB IPES	0	
CEB PARTICIPACOES	0	
CEB-GERACAO	51	
CEB-HOLDING	177	
CEB-LAJEADO	56	
FACEB	234	
NEOENERGIA	2.393	
TOTAL	2.912	

14.2 – Fundo Administrativo

É atualizado pelas sobras apuradas entre as receitas e despesas da gestão administrativa, ou seja, pelas sobras do custeio administrativo, apuradas mensalmente, mais a remuneração dos seus recursos apurada na carteira de Investimentos. O valor deste Fundo, na data do balanço, foi R\$ 20.657 mil (R\$ 19.281 mil em 2021), suficiente para garantir o ativo permanente, que nessa data totaliza R\$ 115 mil (R\$ 127 mil em 2021).

A movimentação do fundo administrativo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 foi efetuada da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2022	2021	R\$ mil
Fundo Administrativo	20.657	19.281	
Saldo Anterior	19.281	16.392	
Receitas Administrativas	14.044	15.827	
Despesas Administrativas	(16.173)	(14.395)	
Remuneração do Fundo	3.505	1.457	

Fonte: Balancetes de Dezembro exercícios 2022 e 2021

A repartição dos recursos contidos no Fundo Administrativo do Plano BD entre os Planos FACEB-SALDADO e/ou CEBPREV ocorreu de forma proporcional às Provisões Matemáticas dos Participantes e Assistidos que optaram pela migração do Plano BD para o Plano FACEB-SALDADO e/ou Plano CEBPREV.

Do total de R\$ 20.657 mil, R\$ 1.064 mil (R\$ 1.013 mil em 2021) corresponde a participação

do plano “BD”, R\$ 17.871 mil (R\$ 16.626 mil em 2021) corresponde a participação do plano “CD” e R\$ 1.722 mil (R\$ 1.641 mil em 2021) corresponde a participação do plano “FACEB SALDADO”.

No exercício de 2022 foi verificada a constituição do fundo no valor de R\$ 1.376 mil, decorrente das sobras apuradas entre as receitas e as despesas administrativas. A apuração verificada entre os planos está informada conforme a seguir:

	R\$ Mil			
RESULTADO PGA (FUNDO)	Plano BD	CEBPREV	BD Saldado	CONSOLIDADO
Constituição/Reversão (+/-)	50	1.244	82	1.376
TOTAL	50	1.244	82	1.376

A variação, em relação ao exercício anterior, decorre do aumento da rentabilidade apurada no exercício de 2022.

14.3 – Fundo de Quitação de Empréstimos p/ Risco

Este fundo foi constituído com a finalidade de garantir possíveis perdas com empréstimos concedidos aos participantes da Fundação dentro das condições previstas no regulamento. Na data do balanço o saldo foi de R\$ 2.096 mil (R\$ 2.132 mil em 2021), conforme demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
DESCRIÇÃO	2022	2021
Fundo de Investimento	2.096	2.132
Saldo Anterior	2.132	2.239
Constituições	238	164
Reversões	(274)	(271)

Fonte: Balancetes de Dezembro exercícios 2022 e 2021

Variação em relação ao ano anterior ocorreu em função do aumento da concessão de empréstimos em 2022 e com isso a constituição do fundo por meio das taxas de quitação por morte. No exercício de 2022 foi realizada a reversão de parte do saldo do fundo para restituição dos valores repassados para seguradora, conforme solicitação da Gerência de Administrativo Financeiro – GERAFA.

15 – GESTÃO ASSISTENCIAL

Está registrada a totalidade das obrigações do plano de assistência à saúde no Passivo da Fundação, a qual detém registro ativo na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O ativo e o passivo totalizam o valor de R\$ 51.087 mil (R\$ 50.451 mil em 2021), sendo R\$ 12.185 mil (R\$ 12.826 mil em 2021) corresponde ao Patrimônio Social, conforme segue:

	R\$ mil	
DESCRIÇÃO	2022	2021
Gestão Assistencial	51.087	50.451

Fonte: Balancetes de Dezembro exercícios 2022 e 2021

16 – AJUSTES E ELIMINAÇÕES DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A seguir, demonstra-se o detalhamento dos ajustes e eliminações decorrentes da consolidação das Demonstrações Contábeis no período de 2022 e 2021:

	R\$ mil	
DESCRIÇÃO	2022	2021
ATIVO	(21.650)	(19.853)
REALIZÁVEL	(21.650)	(19.853)
GESTÃO PREVIDENCIAL	(472)	-
Déficit técnico contratado	(472)	-
GESTÃO ADMINISTRATIVA	(21.178)	(19.853)
Contribuições para custeio PGA	(115)	(572)
Custeio ADM dos investimentos	(20.657)	(19.281)
Custeio administrativo dos investimentos	(405)	-
GESTÃO INVESTIMENTOS	-	-
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	-	-
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	-	-
PASSIVO	(21.650)	(19.853)
EXIGÍVEL OPERACIONAL	(993)	(572)
GESTÃO PREVIDENCIAL	(115)	(194)
Créditos PGA	(115)	(194)
GESTÃO ADMINISTRATIVA	(472)	-
Divida contratada equacionamento a pagar - FACEB	(472)	-
INVESTIMENTOS	(405)	(378)
Taxa de administração a repassar	(405)	(378)
PATRIMÔNIO SOCIAL	(20.657)	(19.281)
Participação no Fundo Administrativo PGA	(20.657)	(19.281)

Fonte: Balancetes de Dezembro exercícios 2022 e 2021

Os ajustes e eliminações decorrentes do processo de consolidação das Demonstrações Contábeis somam o total de R\$ 21.650 mil (R\$ 19.853 mil em 2021), sendo que; o valor de R\$ 472 mil corresponde a participação da Faceb no Deficit Contratado; o valor de R\$ 20.657 mil (R\$ 19.281 mil) corresponde a soma das participações dos planos de previdência no Fundo registrado em contas específicas do Plano de Gestão Administrativa – PGA, conforme apresentado Nota 14.2 e os valores de R\$ 115 mil e R\$ 405 mil (R\$ 194 mil e R\$ 378 mil em 2021) corresponde a soma dos recursos provenientes de taxa de administração e taxa de carregamento provisionados nos planos de Benefícios para cobertura de despesas administrativas registradas no PGA.

17 – OPERAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A FACEB administra planos de benefícios conforme descrito na Nota 1. No demonstrativo abaixo estão relacionadas as operações entre partes relacionadas, incluindo detalhamento dos ativos financeiros e de recebíveis, indicando o grau de dependência com o Patrocinador

(percentual apurado pela soma de ativos financeiros e recebíveis juntos aos patrocinadores em relação ao ativo total) por plano de benefícios:

Plano	2022			
	Patrocinadora (R\$ MIL)	% Ativo Total	Participantes (R\$ MIL)	% Ativo Total
PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO - BD	8.458	6,32%	26	0,02%
NEOENERGIA/CEB D	8.385	6,26%	26	0,02%
FACEB	73	0,05%	-	-
PLANO FACEB SALDADO	32.257	9,28%	-	-
NEOENERGIA/CEB D	32.076	9,23%	-	-
FACEB	181	0,05%	-	-
PLANO CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA – CD	39.187	3,80%	852	0,08%
NEOENERGIA/CEB D	38.823	3,76%	642	0,06%
CEB IPES	140	0,01%	139	0,01%
CEB HOLGING	3	0,00%	40	0,00%
CEB LAJEADO	1	0,00%	15	0,00%
CEB GERAÇÃO	1	0,00%	16	0,00%
FACEB	219	0,02%	0	0,00%
TOTAL	79.902		878	

TOTAL ATIVO	R\$ MIL
PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO - BD	133.887
PLANO FACEB SALDADO	347.557
PLANO CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA – CD	1.032.377

Fonte: Balancetes de Dezembro de 2022

O quadro acima relaciona, principalmente, o total das contribuições a receber dos contratos da dívida firmado junto às patrocinadoras, com saldo atualizado até 31/12/2022.

18 – PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Os custos com remuneração e outros benefícios atribuídos a alta administração (Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos) são apresentados como segue:

Descrição	R\$ mil	
	2022	2021
Benefícios de curto prazo (remuneração, contribuição para INSS, FGTS e outros)	2.311	1.785
Benefícios pós-emprego (contribuição patronal Plano de Benefícios)	97	87
Total	2.408	1.872

Fonte: Balancetes de Dezembro exercícios 2022 e 2021

19 – SALDOS DE CONTAS COM DENOMINAÇÃO “OUTROS”

Conforme determina a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, item II, apresenta-se a seguir os saldos relevantes das contas “Outros” nos seus respectivos grupos de contas. Segundo essa norma a Fundação deverá apresentar detalhamento dos saldos das contas que contenham a denominação “Outros”, quando ultrapassarem, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas.

19.1 – Contas de Resultado

19.1.1 – Gestão Administrativa Previdencial – Serviços de Terceiros

Apresenta saldo na conta “Outros” no montante de R\$ 299 mil (R\$ 723 mil em 2021). Este valor refere-se a despesas com serviços de terceiros, locação de sistemas, consultorias e outros.

20 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Retirada de patrocínio

Em atendimento a solicitação da patrocinadora Neoenergia Brasília foi dado início aos processos de incorporação da FACEB à Néos e os estudos necessários para realização de procedimentos tais como: o encerramento dos planos de saúde administrados pela FACEB; a retirada de patrocínio vazia pelas empresas do grupos Ceb (Ceb Energética e Ceb IPES) dos Planos BD e Saldado e a retirada parcial pelas empresas do grupos Ceb (da Companhia Energética de Brasília, da CEB Lajeado S.A., da CEB Iluminação Pública S.A., da CEB Geração S.A. e da CEB Participações S.A.) do Plano CD (CEBPREV).

Quanto os processos de licenciamentos que envolvem as retiradas de patrocínios das empresas do grupo Ceb e a incorporação da Faceb à Néos Previdência Complementar, a Previc autorizou as retiradas vazias dos planos BD e Saldado por meio das Portarias nº 667, 668 e 669 de 20 de julho de 2022, e a retirada parcial teve exigência ainda em 2022, conforme Parecer Previc nº 375/2022/CTR/CGTR/DILIC, de 30 de setembro de 2022, mas teve sua autorização em 12 de janeiro de 2023, por meio da Portaria nº 16. Após isso a Faceb segue com os procedimentos necessários para a efetivação da retirada de patrocínio, que deve ocorrer ainda no primeiro semestre de 2023. Acerca da incorporação, a solicitação foi protocolada na Previc pela Néos Previdência Complementar em 02 de dezembro de 2022, e teve resposta da Previc em 05 de dezembro, por meio de Despacho Previc S/N, por meio do qual levantou exigências a serem cumpridas pelas Entidades envolvidas. As ações para o cumprimento das exigências ainda estão em progresso e deverão ser apresentadas à Previc no prazo legal.

Descontinuidade Operacional dos Planos de Saúde

A partir de 01/11/2022 os beneficiários do Plano CEB Saúde Vida (descontinuado em 31/10/2022), foram migrados para as operadoras Bradesco Saúde, registro nº00571-1 para o produto Saúde e a Odontoprev S/A, registro nº 30194-9 para o produto odontológico. E, a partir de 01/12/2022, a Neoenergia ofertou os mesmos produtos (Bradesco) aos beneficiários dos Planos Faceb Saúde Vida e Faceb Família, convênio de adesão prorrogado até 31/07/2023. Em paralelo, a Faceb está negociando a possibilidade de firmar

um convênio que permita a adesão dos aposentados, seus dependentes (cônjuge e filhos até 21 anos) e pensionistas ao INAS (Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal) – Plano GDF-Saúde. Também haverá nova oferta (2ª chamada) para adesão ao Bradesco Saúde e Odontoprev. Posto isso, continua-se aguardando a migração de todos os beneficiários dos planos Faceb Saúde Vida e Faceb Família, para que seja solicitado o encerramento do registro da operadora na ANS. Destaca-se que em conformidade com a RN 301 de 07/08/2012, cessam as obrigações regulamentares da operadora, somente após o cancelamento e baixa do registro pela Agência, motivo pelo não há como afirmar a data de descontinuidade das atividades de Saúde na Fundação. Dessa forma, sem a previsão de encerramento de todas as obrigações dos planos de saúde, as demonstrações foram elaboradas com pressuposto de continuidade operacional. Destaca-se, ainda, que após o encerramento de todas as atividades vinculadas ao segmento da saúde, não haverá critério de rateio entre as gestões (Previdencial/Assistencial) para despesas administrativas registradas no Plano de Gestão Administrativa – PGA.

Banco Crefisul e FGC - Relatório de Contingências

Nos autos do mandado de segurança, foi proferida sentença que julgou o pedido improcedente e denegou a segurança ao mandado de segurança. Apesar da interposição de recursos, referido entendimento foi mantido nas instâncias superiores, sendo certificado o trânsito em julgado em 14/12/2018.

Em 2022, após a digitalização dos autos, o FGC manifestou-se nos autos requerendo a devolução dos valores depositado em favor da FACEB por força da decisão liminar conferida no início da demanda, bem como a expedição de ofício à Caixa Econômica Federal - CEF para que apresente informações sobre as debêntures caucionadas. A CEF informou que o saldo da conta das debêntures caucionadas para 19/11/2014, é de R\$ 1.188.719,24. 14. Em análise do referido extrato, o FGC alegou que o saldo da conta não seria suficiente a suprir a devolução dos valores supostamente devidos pela FACEB e, além de requerer o respectivo levantamento, pleiteou a intimação da FACEB a realizar o pagamento da quantia de R\$ 15.839.500,09. Em 13/02/2023, a FACEB apresentou petição esclarecendo: (i) que os valores depositados na conta nº 0265.005.193552-9, são de sua titularidade, tendo em vista que se referem ao recebimento de juros e amortização de títulos/debêntures da PROCID (as quais não estão caucionadas em favor do FGC); (ii) pleiteou nova expedição de ofício à CEF, a fim de que seja esclarecido por qual motivo as informações da conta são interrompidas em novembro/2014, bem como se houve atualização ou não após esse período dos valores que permaneceram depositados; (iii) que não há o que se falar em dívida da FACEB, uma vez que há garantia a ser executada pelo FGC, a qual está vinculada à “conta de clientes 1 nº 7104.0.10-9”.

Dessa forma, em fevereiro/2023, o escritório de advocacia Lacaz Martins encaminhou relatório, classificando a probabilidade de perda como “provável” quanto a necessidade de devolução dos valores pleiteados pelo FGC, referente à garantia paga no início da demanda.

Implantação de Sistema Integrado de de Previdência

Objetivando atender as necessidades da Fundação, está em curso o processo de substituição do sistema integrado de gestão previdenciária, Prev Sytem Web (Intech), pelo sistema Sinqia, conforme definido pelos órgãos estatutários da Fundação.

Impacto da Instrução Normativa PREVIC nº 42, de 11 de outubro 2021 revogada pela Resolução Nº 18 da PREVIC de 22 de dezembro de 2022 (Perdas Estimadas)

Em 21 de novembro de 2022, foi criada a portaria nº 27 para realizar estudo técnico, a fim de averiguar o impacto gerado pela referida Instrução Normativa em tela, contendo minimamente metodologia de cálculo para a constituição/reversão das provisões sobre os recebíveis da FACEB. Com a aplicação da metodologia, foi verificado o impacto de R\$ 5,54 milhões devido a classificação do nível de risco e consequente provisionamento da CCB NEW ENERGY.

Brasília, 15/03/2023.

Paulo Afonso Teixeira Machado

Presidente

CPF 343.165.741-91

Naor Alves de Paula Filho

Diretor Administrativo-Financeiro

CPF 307.609.091-72

Thiago Cavalcante Santos

Diretor de Benefícios

CPF 006.405.081-54

André Bahia Ribeiro

Contador CRC-DF 19172

CPF 005.378.011-62

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://www.clouddocs.com.br/ValidarDocumento.aspx>
informando o código CRC: 4256704A796F6A6D2B30453D / Página 50 de 50

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (VALORES EM REAIS MIL)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB é Entidade Fechada de Previdência Complementar, instituída pela Companhia Energética de Brasília - CEB, conforme Deliberação da 11ª Assembleia-Geral Extraordinária, realizada em 14 de junho de 1976. Está registrada no livro "A" nº 01, sob nº 96 no Cartório do 1º Ofício de Registro Civil, Casamentos, Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas de Brasília-DF em 15 de setembro de 1976, e autorizada a funcionar por prazo indeterminado, de acordo com a Portaria nº 1301, de 20 de dezembro de 1978, do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS. É pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, é Operadora de Planos de Assistência à Saúde, junto à ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, Registro nº 309362 e classificada na modalidade Autogestão.

Os planos de saúde administrados pela FACEB são contributivos, coparticipativos e regulamentados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, nos termos da Lei nº 9.656/1998, com segmentação ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e odontológico a seguir discriminados:

- Plano CEB Saúde Vida, registrado na ANS sob o nº 477801174, destinado aos empregados ativos; diretores, requisitados e os empregados em comissão das Patrocinadoras; tipo de contratação: coletivo empresarial; segmentação assistencial: ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e odontologia; fator moderador: coparticipação; abrangência geográfica: estadual; área de atuação: Distrito Federal; acomodação: individual e formação de preço: pós-estabelecido com rateio parcial, encerrado em 31/10/2022 por solicitação da Patrocinadora Neoenergia Distribuição Brasília, como parte do processo de incorporação da Faceb pela Néos Previdência Complementar. Assim, a partir de 1º/11/22, os beneficiários do Plano CEB Saúde Vida (empregados ativos e seus dependentes legais) foram migrados para as operadoras Bradesco Saúde, registro nº00571-1 para o produto Saúde e a Odontoprev S/A, registro nº 30194-9 para o produto odontológico, com aproveitamento das carências usufruídas na Faceb.

Nesse sentido, a fim de garantir, igualmente, o aproveitamento das carências já usufruídas na Faceb, em cumprimento à legislação vigente, aos usuários que não quiseram ser beneficiários dessas operadoras de saúde escolhidas pela Neoenergia, poderiam migrar 2 para outras operadoras que ofertarem planos na modalidade

individual/familiar.

Ressaltamos que no processo de transferência não houve interrupção do atendimento aos beneficiários, uma vez que a patrocinadora garantiu a continuidade da prestação dos serviços aos beneficiários titulares e seus dependentes, mesmo na condição de internados ou em tratamento.

- PLANO FACEB SAÚDE VIDA, registrado na ANS sob nº 477802172, com formação de preço preestabelecido, destinado aos beneficiários, ex-empregados demitidos sem justa causa, pedidos de demissão ou aposentados, extensivo a seus dependentes. O plano é contributivo e participativo, onde o beneficiário titular tem seus custos assistenciais e de seus dependentes (coparticipação), cobrados de acordo com os percentuais fixados no regulamento do PLANO FACEB SAÚDE VIDA, com cobertura: AMBULATORIAL, HOSPITALAR COM OBSTETRÍCA e ODONTOLÓGICO.
- PLANO FACEB FAMÍLIA, registrado na ANS sob nº 477803171, com formação de preço preestabelecido, destinados aos familiares dos beneficiários titulares do PLANO CEB SAÚDE VIDA e do PLANO FACEB SAÚDE VIDA, denominados beneficiários agregados (filhos adotivos ou não que tenham perdido as condições de manutenção nos planos CEB Saúde Vida e FACEB Saúde Vida e os netos dos titulares dos planos). O plano é contributivo e participativo, onde o beneficiário titular tem seus custos assistenciais e de seus dependentes (coparticipação), cobrados de acordo com os percentuais fixados no Regulamento do PLANO FACEB FAMÍLIA, com cobertura: AMBULATORIAL, HOSPITALAR COM OBSTETRÍCA e ODONTOLÓGICO.

As patrocinadoras dos Planos de Saúde administrados pela FACEB estão dispostas conforme quadro a seguir:

PLANOS DE SAÚDE	PATROCINADORAS
CEB Saúde Vida	Neoenergia Distribuição Brasília S/A
	CEB Holding S/A
	CEB Geração S/A
	CEB Participações S/A
	CEB Lajeado S/A
	CEB IPES S/A
FACEB Saúde Vida	Neoenergia Distribuição Brasília S/A
FACEB Saúde Família	Neoenergia Distribuição Brasília S/A

Em 31 de julho de 2022 o Plano CEB Saúde Vida foi descontinuado. Os participantes do referido Plano, vinculados a Neoenergia Brasília, foram migrados para as operadoras Bradesco Saúde, registro nº 00571-1 e para a Odontoprev S/A, registro nº 30194-9 (produto odontológico). Quanto aos beneficiários ligados ao Grupo CEB, foram migrados para o Bradesco, administrado pela FUNDIÁGUA – Fundação de Previdência Complementar. O processo de cancelamento do Produto está em curso junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Encerramento da Operadora de Plano de Saúde FACEB

A Faceb continua negociando a possibilidade de firmar convênio que permita a adesão dos aposentados, seus dependentes (cônjuge e filhos até 21 anos) e pensionistas ao INAS (Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal) – Plano GDF-Saúde.

Posto isso, continua-se aguardando a migração de todos os beneficiários dos planos Faceb Saúde Vida e Faceb Família, para que seja solicitado o encerramento do registro da operadora na ANS, cujo convênio de adesão tem validade até 31/07/2023.

Destaca-se que, em conformidade com a RN 301 de 07/08/2012, cessam as obrigações regulamentares da operadora, somente após o cancelamento e baixa do registro pela Agência, motivo pelo não há como afirmar a data de descontinuidade das atividades de Saúde na Fundação.

Dessa forma, sem a previsão de encerramento de todas as obrigações dos planos de saúde, as demonstrações foram elaboradas com pressuposto de continuidade operacional. Destaca-se, ainda, que após o encerramento de todas as atividades vinculadas ao segmento da saúde, não haverá critério de rateio entre as gestões (Previdencial/Assistencial) para despesas administrativas registradas no Plano de Gestão Administrativa – PGA.

1.1 GESTÃO DE RISCOS

A gestão de risco é o conjunto de atividades coordenadas que têm o objetivo de gerenciar e controlar uma organização em relação a potenciais ameaças, seja qual for a sua manifestação.

Para tal fim, a FACEB conta com consultores especializados em gestão de riscos e uma Política de Investimentos que destina e estabelece regras, limites e metodologia para o monitoramento e a avaliação dos riscos aos quais os recursos estão expostos. Dentre eles, podemos destacar os riscos abaixo:

1.1.1 Riscos de Mercado

É o risco de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas

de juros e preço de ações afetarem os ganhos da instituição no valor de seus ativos e instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a variações de mercado, dentro de parâmetros estabelecidos pela Fundação e no arcabouço regulatório (ANS) , e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

1.1.2 Riscos de Crédito

É o risco de o Instituto incorrer em perdas financeiras caso um emissor ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Para avaliação do risco de crédito, a FACEB adota o modelo baseado na abordagem qualitativa e quantitativa do crédito, ligado ao risco de degradação do emissor.

Ainda, é verificado se a emissão ou emissor possui rating por pelo menos uma das agências classificadoras de risco, e se a nota é, de acordo com a escala da agência no mercado local, igual ou superior às faixas classificadas como “Investimento” elencados na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo.

As agências utilizadas para avaliação são: Moody’s, Fitch e Standard & Poor’s e Liberum e Austin. Empresas autorizadas pela FACEB para opinar sobre a qualidade de crédito do emissor e da emissão.

1.1.3 Riscos de Liquidez

Para fins de mensuração e análise desse risco serão utilizados os indicadores com objetivo de evidenciação da capacidade do plano para honrar as obrigações no curto e médio prazo (passivo), considerando ativos de maior e menor liquidez e a posição em determinados ativos que estejam sujeitos a variações abruptas de preço por liquidez baixa ou inexistente (ativo).

Para realizar a evidenciação da liquidez dos ativos garantidores gerenciados pela FACEB, classificamos as mensurações de liquidez usando uma hierarquia de prazos que reflita o processo de liquidação de cada ativo financeiro.

1.1.4 Riscos Operacionais

Possibilidade de perda decorrente da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos, bem como de eventos externos que causem prejuízos às atividades da Fundação ou danos aos ativos físicos nela empregados.

Com foco em mitigar os riscos operacionais, a FACEB conta com uma ferramenta de gerenciamento de riscos que permite ampliar a visibilidade de

possíveis riscos, materializada através de uma Matriz que determina o “tamanho” de um risco e se esse risco está ou não controlado.

1.1.5 Riscos Cibernéticos

Os riscos cibernéticos são tentativas criminosas de danificar, roubar, capturar ou destruir dados, comprometendo sites, servidores ou interrompendo infraestruturas inteiras de tecnologia. Visando mitigar os riscos cibernéticos na Fundação, foram implantadas soluções complementares, dentre elas:

1. Política de senhas e acessos;
2. Antivírus com proteção contra ransomware;
3. Criação de regras no firewall com filtro de conteúdo de acesso;
4. Aplicação de autenticação de 2 fatores no servidor de e-mail; e
5. Solução DLP- Prevenção a perda de dados.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações-Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, observando as normas estabelecidas pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar e as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicável.

A Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão estabelecido pela ANS. A legislação vigente determina que a partir de 2022 a DFC demonstre o movimento de caixa da operadora, correspondendo as contas do grupo “121 - DISPÓNÍVEL” no plano de contas padrão. Desta forma, o saldo final no período resultará do movimento que compõe o saldo Inicial, mais as entradas por recebimentos e as saídas por pagamentos.

Diante disso, houve a necessidade de reclassificação das informações do exercício anterior, pois até o ano de 2021 a DFC demonstrava somente o movimento dos valores contabilizados nas contas 1211-CAIXA e 1213-BANCOS CONTA MOVIMENTO.

A Diretoria Executiva apreciou as Notas Explicativas relativas às Demonstrações Contábeis no dia 15/03/2023 e submeteu ao Conselho Deliberativo para apreciação.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Estimativas Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a fundação use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável.

b) Apuração do Resultado

O Resultado é apurado pelo regime de competência, com a procedência à constituição do Patrimônio Social.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras (nota explicativa nº 4).

d) Demais Ativos e Passivos Circulantes

Os direitos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias incorridas, calculadas “pro rata temporis”, líquidos das devidas provisões, quando aplicável. As obrigações estão registradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações incorridos.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os Títulos e Valores Mobiliários são contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, apropriados “pro rata temporis” com observância ao regime de competência pelo método exponencial ou linear, com base nas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, ajustados a valor justo, sendo reconhecidos diretamente no Resultado do Exercício. (Nota explicativa nº 5)

f) Eventos Subsequentes

Para o exercício de 2022 não houve eventos subsequentes relevantes que geram ajustes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 24, IAS 10.

Em relação ao CPC 47, o qual alterou em 2022 o registro das operações dos planos na modalidade de preço pós-estabelecido, passando-se a reconhecer apenas a receita efetiva dessas operações, registrando-se o valor correspondente ao ressarcimento do custo do atendimento pelo contratante em conta retificadora da despesa de eventos.

Com a publicação da RN nº 569/2022, a partir de janeiro/2023, no que se refere ao Capital Regulatório, a operadora deverá observar o menor valor entre:

- Maior valor entre Capital Base e Capital Baseado em Riscos (CBR);
- Margem de Solvência, considerando o previsto no anexo II da RN nº 569/2022.

Outros eventos relevantes estão descritos na Nota nº 26.

g) Provisões para Ações Judiciais

As provisões para ações judiciais são constituídas para situações prováveis de risco de futuro desembolsos financeiros, mensurados com base nas estimativas, em conformidade com CPC 25.

4. DISPONÍVEL

		R\$ Mil	
DISPONÍVEL		2022	2021
Disponível	nº 4	<u>25.130</u>	<u>24.903</u>
Bancos Conta Movimento	(a)	251	122
Aplicações de Liquidez Imediata	(b)	24.879	24.781

a) Bancos Conta Movimento - O valor R\$ 251 mil (R\$ 122 mil em 2021) - Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, com numerários mantidos em conta corrente para pagamentos de serviços de assistência à saúde.

			R\$ Mil
CAIXA e BANCOS	2022	2021	
Banco de Brasília - BRB	5	5	
Banco Bradesco S/A	243	98	
Bradesco Ceb Saúde Vida	1	1	
Bradesco FACEB Saúde Vida	0	12	
Bradesco FACEB Família	0	3	
Itaú Investimento	2	3	
TOTAL	251	122	

b) Aplicações de Liquidez Imediata - O valor de R\$ 24.879 mil (R\$ 24.781 mil em 2021) –representa os recursos aportados, em 2017, pela patrocinadora para constituição do Fundo Assistencial e das Garantias Financeiras necessárias para implantação dos novos planos de Saúde. Esses recursos estão aplicados em Fundo de Investimento junto as Instituições Financeiras.

			R\$ Mil
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	2022	2021	
Fundo de Renda Fixa - SANT TIT PUB REF DI	4.289	5.451	
Fundo de Renda Fixa - SAFRA CAP MARK PREMI	927	1.521	
Fundo de Renda Fixa - VINCI VALOREM FIM	3.539	3.159	

Fundo de Renda Fixa - XP MACRO INST FICFIM	7.747	7.124
Fundo de Renda Fixa - KINEA IPCA ABS FICFI	8.275	7.436
Fundo de Renda Fixa - ACTIVE FIX - MMFI	102	91
TOTAL	24.879	24.781

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

APLICAÇÕES FINANCEIRAS (Títulos Públicos)	R\$ Mil	
	2022	2021
Aplicações Garantidoras de Provisão Técnicas	8.846	7.891
Aplicações Livres	6.933	6.936
TOTAL	15.779	14.827

Aplicações Garantidoras de Provisão Técnicas - Para viabilizar a solvência dos planos de saúde administrados pela FACEB e o registro dos mesmos junto à ANS foi necessária constituição de garantias financeiras e de um fundo assistencial, conforme demonstrado a seguir:

O valor de R\$ 8.846 mil (R\$ 7.891 mil em 2021) representa as aplicações em título de renda fixa – público, relativos à constituição de ativo garantidor vinculado à ANS, objetivando lastrear a PEONA – provisão de eventos ocorridos e não avisados e a PESL – Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar.

Aplicações Livres – Em 2021 houve o resgate total do fundo de renda fixa MAUÁ INSTITUCIONAL FIC DE FIM. Este fundo acumulava queda de pouco mais de 9%, em 2021, contra um retorno positivo de pouco mais de 2% do CDI no mesmo período. Além disso, havia a sinalização da MAUÁ de que vários fundos multimercados da casa seriam encerrados e a estratégia seria focada em um único, o MAUÁ MACRO. Diante desses fatos e com a abertura das taxas dos títulos públicos, houve a alocação do recurso oriundo da MAUÁ em Notas do Tesouro Nacional TIPO B – NTN-Bs. Aproveitando a abertura do DI, houve ainda resgate parcial do Fundo de Renda Fixa – SANT TIT PUB REF DI, cujos valores também foram vertidos em NTN-Bs. Ao final do exercício de 2022, o montante de títulos públicos da carteira FACEB SAÚDE, **marcados a mercado**, totalizava 6.933 mil, com os vencimentos nos seguintes períodos:

Notas do Tesouro Nacional TIPO B (NTN – B)	VENCIMENTOS
NTN-B - IPCA +	15/05/2025
NTN-B - IPCA +	15/08/2028
NTN-B - IPCA +	15/08/2030
NTN-B - IPCA +	15/05/2035

As aplicações financeiras relacionadas aos planos de assistência à saúde administrados pela FACEB estão majoritariamente concentradas em títulos públicos.

6. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

		R\$ Mil	
CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		2022	2021
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	Item	<u>6.416</u>	<u>6.958</u>
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	a)	3.091	3.775
Participação dos Beneficiários em Eventos / Sinistros Indenizáveis	b)	3.254	3.082
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	c)	71	101
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		-	-

a) – Contraprestação Pecuniária/Prêmios a Receber: O valor de R\$ 3.091 mil (R\$ 3.775 mil em 2021), representa o valor nominal a receber da Patrocinadora e as mensalidades dos participantes em contrapartida à conta de resultado de contraprestações efetivas de Operações de Planos de Assistência à Saúde, observando a reversão do total da PPSC – Provisão para Perdas Sobre Créditos, que representa o valor de R\$ 123 mil (R\$ 123 mil em 2021).

b) – Participação dos Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis: O valor de R\$ 3.254 (R\$ 3.082 mil em 2021) representa o valor nominal a receber dos associados, referentes aos seus custos assistenciais (coparticipação) em atendimentos médico-hospitalares e odontológicas, observando a PPSC – Provisão para Perdas Sobre Créditos, que representa o valor de R\$ 1.630 mil (R\$ 1.196 mil em 2021) - constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, para planos coletivos. O qual é revisado periodicamente para adequá-la à evolução da inadimplência da sua carteira, a saber:

			R\$ Mil
PARTICIPAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	2022	2021	
Assistência Médica	4.441	4.050	
Assistência Odontológica	444	228	
PPSC – Despesas Assistenciais	(1.585)	(1.182)	
PPSC – Despesas Odontológicas	(45)	(15)	
TOTAL	3.254	3.082	

c) – Operadoras de Planos de Assistência à Saúde: O valor R\$ 71 mil (R\$ 101 mil em 2021) representa as contraprestações de corresponsabilidade assumida a qual demonstra os valores a receber relativo aos convênios de reciprocidade firmado entre as fundações do setor elétrico.

Com a RN Nº 430/17 substituída pela RN nº 517/2022, a qual passou a regulamentar as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde, a RN nº 517/2022 buscou proporcionar maior transparência aos contratantes de planos de saúde, sejam eles coletivos ou individuais, sobre as obrigações de cada uma das operadoras envolvidas nos eventuais arranjos que impliquem em compartilhamento de riscos.

A FACEB utiliza o modelo de Corresponsabilidade pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento, de forma continuada, dos beneficiários de outras operadoras por meio de intercâmbio operacional, convênio de reciprocidade ou outra forma de ajuste:

R\$ Mil		
CONTRAPRESTAÇÃO CORRESPONSABILIDADE ASSUMIDA	2022	2021
OPS Nº 361461	13	62
OPS Nº 315044	1	1
OPS Nº 417505	56	27
OPS Nº 317233	-	11
OPS Nº 315478	1	-
TOTAL	71	101

7. REALIZÁVEL À LONGO PRAZO

R\$ Mil			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2022	2021
Realizável a Longo Prazo	Item	<u>3.755</u>	<u>3.755</u>
Depósitos Judiciais e Fiscais - Tributos	a)	3.744	3.744
Depósitos Judiciais – Cíveis	b)	11	11

a) - O valor de R\$ 3.744 (R\$ 3.744 mil em 2021) representa depósitos judiciais relativos à PIS e COFINS, correspondendo ao período de 2006 a 2022, que também está provisionado em uma conta de Provisão Para Ações Judiciais do passivo, conforme nota 10. Desde 2015 não houve lançamento nesta conta, pois as referidas contribuições passaram a ser recolhidas normalmente, conforme orientação jurídica.

b) - O valor de R\$ 11 mil (R\$ 11 mil 2021) representa depósito judicial referente processo de natureza cível movido contra o plano assistencial administrado pela FACEB.

8. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

		R\$ Mil	
PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		2022	2021
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	Item	<u>6.277</u>	<u>5.672</u>
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG	a)	861	925
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS	b)	169	86
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	c)	2.948	2.524
Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	d)	2.299	2.137

a) – Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG - O valor de R\$ 861 mil (R\$ 925 mil em 2021) representa as contraprestações e prêmios provenientes das contribuições dos beneficiários dos planos de saúde que são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - *pro rata dia* - do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura, conforme RN Nº 206, de 2 de dezembro de 2009.

b) – Ressarcimento ao SUS - O valor de R\$ 169 mil (R\$ 86 mil em 2021) representa obrigação legal de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento dos beneficiários que estejam cobertos pelos planos de saúde da FACEB.

c) – Representa o valor total da conta de Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais R\$ 2.948 mil (R\$ 2.524 mil em 2021), a saber:

	R\$ Mil	
PROVISÃO DE EVENTOS/SINISTROS A LIQUIDAR P/ OUTROS PREST. DE SERV. ASSIST.	2022	2021
Rede Contratada/Credenciada – Assistência Hospitalar	2.439	2.022
Rede Contratada/Credenciada – Assistência Odontológica	169	85
Cooperados	340	417
Reembolso - Assistência Hospitalar	0	0
TOTAL	2.948	2.524

d) – Provisão Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados – PEONA - O valor de R\$ 2.299 mil (R\$ 2.137 mil em 2021) representa a constituição mínima da referida provisão, conforme artigo art. 11 da RN Nº 393/ 2015, acrescidos pela RN

442/2018. A PEONA é uma provisão exclusiva dos planos com característica de preço (mensalidade) preestabelecido e em função da criação do plano destinado aos ex-empregados que eram beneficiários do antigo Plano Assistencial da CEB (pós-estabelecido).

9. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O valor de R\$ 47 mil (R\$ 45 mil em 2021) representa o valor das Contraprestações / Prêmios a Restituir, relativos a créditos participantes de valores devidos a terceiros.

10. DÉBITOS COM OPERAÇÕES DE SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

O valor de R\$ 19 mil (R\$ 13 mil em 2021) representa o valor nominal, relativo aos reembolsos das despesas realizadas por participantes e seus dependentes legais, conforme acordo coletivo de trabalho – ACT CEB 2020/2022.

11. PROVISÕES PARA CONTIGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

O valor de R\$ 3.744 mil (R\$ 3.744 mil em 2021) representa o Exigível Contingencial, relativo à Ação Judicial de Tributos (PIS e COFINS) contabilizados, considerando que a exigibilidade destes vem sendo discutida judicialmente, correspondendo ao período de 2006 a 2022. Com a entrada em vigor da Lei nº 12.973/14, que alterou o art. 3º da Lei nº 9.718, a FACEB foi orientada a cessar o procedimento de depósito judicial do PIS e da COFINS em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2015, devendo-se recolher as contribuições diretamente aos cofres públicos. A discussão judicial remanesce quanto aos valores depositados antes da competência de dezembro de 2014.

12. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

O valor de R\$ 134 mil (R\$ 263 mil em 2021) representa o valor nominal dos tributos e encargos sociais a recolher: ISS, IRRF e PIS, COFINS e CSLL a recolher do plano assistencial calculados com base nas alíquotas vigentes.

13. DÉBITOS DIVERSOS

O valor de R\$ 1.290 mil (R\$ 861 mil em 2021) representa o valor nominal das despesas administrativas assistenciais a pagar, referente aos planos de assistência à saúde da patrocinadora.

14. PROVISÃO PARA AÇÕES JUDICIAIS

O valor de R\$ 146 mil (R\$ 139 mil em 2021) corresponde a Provisão para Contingência Cível, classificados pelos nossos consultores jurídicos como provável, conforme demonstrado a seguir:

	R\$ Mil	
MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA O EXERCÍCIO	2022	2021
Saldos no início do período	139	141
Constituições de provisão	34	32
Reversões	(27)	(33)
TOTAL	146	139

A FACEB possui outros oito processos judiciais que correspondem o valor de R\$ 250 mil, classificados no polo passivo pelos nossos consultores jurídicos, como possível.

15. DÉBITOS DIVERSOS

O valor de R\$ 27.245 mil (R\$ 25.393 mil em 2021) representa o valor nominal a pagar, de Outras Obrigações Assistenciais com Exigibilidade a Longo Prazo da FACEB, conforme demonstrado a seguir:

	R\$ Mil	
OUTRAS EXIGIBILIDADES DE LONGO PRAZO	2022	2021
Convênio Neoenergia Brasília/CEB Distribuição	5.907	4.055
Recurso Fundo Assistencial	21.338	21.338
TOTAL	27.245	25.393

A Faceb administra o plano CEB saúde vida, através do convênio firmado entre as partes. Com isso todos os valores utilizados pelos participantes são repassados integralmente à Faceb para que sejam pagos os estabelecimentos conveniados. Essa por sua vez efetua os descontos e a coparticipação dos participantes é cobrada diretamente na folha de pagamento, creditando-se o ativo na subconta de coparticipação e debitando-se essa subconta de convênio no passivo.

O valor de 21.338 mil (R\$ 21.338 mil em 2021) é relativo ao aporte realizado pela patrocinadora, para a manutenção dos planos de saúde, na modalidade preestabelecido, criados em março de 2017, devido a decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 3.010/2002, que garantia a extensão dos benefícios do Plano Assistencial a ex-empregados da Companhia Energética de Brasília – CEB.

16. PATRIMÔNIO SOCIAL

O valor de R\$ 12.185 mil (R\$ 14.320 mil em 2021) é constituído principalmente pelo resultado positivo apurado entre as Receitas e Despesas operacionais e rendimento das aplicações financeiras. O valor da conta apresenta suficiência em relação ao Capital Regulatório, previstos na RN 526/2022.

17. CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS / PRÊMIOS GANHOS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O valor de R\$ 28.382 mil (R\$ 48.350 mil em 2021) representa as contribuições relativas as faturas e mensalidades recebidas da patrocinadora, dos participantes e da corresponsabilidade assumida respectivamente, deduzida as contraprestações de corresponsabilidade cedida no valor de R\$ 120 mil (R\$ 1.047 em 2021) e os tributos PIS e COFINS que no exercício de 2022 foram recolhidos aos cofres públicos o valor de R\$ 171 mil (R\$ 227 mil em 2021).

	R\$ Mil	
RECEITAS	2022	2021
CONTRIBUICAO DO PATROCINADOR	10.275	27.801
CONTRIBUICAO DO PARTICIPANTE	18.332	21.009
CORRESPONSABILIDADE ASSUMIDA	66	814
(-) CORRESPONSABILIDADE CEDIDA	-120	-1.047
(-) TRIBUTOS FEDERAIS	-171	-227
TOTAL	28.382	48.350

A variação apresentada para as contas de receita, são relativas as alterações ocorridas pela legislação da RN 472/2021 e suas alterações, determinou que a partir de 1º de janeiro de 2022, aos totais de receitas de contraprestações de assistência à saúde emitidos referentes a contratos de planos de saúde na modalidade de preço pós-estabelecido deverá ser acrescido o valor absoluto das contas de recuperação por reembolso do contratante do total eventos/sinistros conhecidos ou avisados. Dessa forma as receitas oriundas do plano dos Ativos foram lançadas na conta redutora de despesa ocasionado a variação na receita apresentada.

18. EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS/SINISTROS RETIDOS

O valor de R\$ 23.085 mil (R\$ 41.249 mil em 2021) representa as despesas médica/hospitalar e odontológica pagas à rede credenciada mais as constituições/reversões da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados – PEONA, constituída para fazer frente às despesas ocorridas no intervalo entre o momento em que o participante recebe o atendimento e o processamento da fatura, a saber:

R\$ Mil

14

DESPESAS ASSISTENCIAIS	2022	2021
Despesa Med/Hospitalar	22.675	39.809
Despesa Odontológica	139	903
Sistema Único de Saúde - SUS	109	79
Varição da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados - PEONA	162	458
TOTAL	23.085	41.249

Com a publicação da RN 472/2021 e suas alterações, os valores relativos as receitas dos planos pós-estabelecidos foram registradas em uma conta redutora de despesa, o reconhecimento das receitas no grupo 4 impactou os valores apresentados nas demonstrações financeiras de 2022.

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O valor de R\$ 1 mil (R\$ 87 mil em 2021) é composto pela taxa administrativa cobrada nas faturas emitidas pela FACEB, decorrente dos convênios de reciprocidade mantidos com outras fundações do setor elétrico, permitindo o atendimento médico-hospitalar em vários estados do país.

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS COM PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O valor de R\$ 434 mil (R\$ 208 mil em 2021) compreende as variações nas contas de Provisão Para Perdas sobre Créditos

21. OUTRAS DESPESAS OPER. DE ASSIST. À SAÚDE NÃO REL. COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

O valor de R\$ 4.720 mil (R\$ 4.220 mil em 2021) compreende as faturas emitidas pela FACEB às patrocinadoras para cobertura das despesas assistenciais, referentes a utilização do plano pelos participantes. Os valores apresentados, como outras despesas, são compostos pelas diferenças entre os recebimentos e pagamentos das despesas assistenciais do plano de saúde que a FACEB teria que devolver às patrocinadoras, caso essas optassem por transferir para outra administradora o plano de saúde, a saber:

	R\$ Mil	
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	2022	2021
Outras Despesas	(4.720)	(4.220)
TOTAL	(4.720)	(4.220)

22. DESPESAS ADMINISTRATIVAS SAÚDE

O valor de R\$ 6.010 mil (R\$ 5.496 mil em 2021) representa as despesas administrativas realizadas durante o exercício com os planos de assistência à saúde administrados pela FACEB e que estão apresentadas conforme demonstrativo abaixo:

	R\$ Mil	
DESPESA ADMINISTRATIVA	2022	2021
Pessoal / Encargos	3.509	3.031
Treinamentos/Congressos/Seminários	27	21
Viagens e Estadias	11	0
Serviços de Terceiros	2.206	2.141
Despesas Gerais	235	188
Depreciações e Amortizações	22	21
Contingências/Judiciais	0	95
TOTAL	6.010	5.496

Conforme a cláusula terceira do § 1º, letra “h”, constante do convênio de adesão firmado entre a Faceb e as Patrocinadoras prevê que, dentre outras obrigações, as patrocinadoras dos planos de assistência à saúde devem “Arcar tempestivamente com a despesa administrativa da Faceb, inerente à administração do CEB SAÚDE VIDA, do FACEB SAÚDE VIDA e do FACEB FAMÍLIA, desde que devidamente comprovados pela operadora.”

Até o efetivo encerramento da Operadora, as despesas administrativas assistenciais serão custeadas **na proporção do número de vidas** de cada patrocinadora dentro da totalidade administrada pela Entidade, conforme o **§ 2º do Artigo 9º**: regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

23. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado líquido financeiro de R\$ 3.544 mil (R\$ 660 mil em 2021) é a diferença entre os saldos das receitas financeiras R\$ 3.824 mil (R\$ 1.593 mil em 2021) que correspondem principalmente a apropriação das receitas auferidas pela aplicação de recursos em títulos públicos e os saldos das despesas financeiras no montante de R\$ 280 mil (R\$ 933 mil em 2021) são decorrentes de tarifas de manutenção da conta corrente e movimentações financeiras, descontos concedidos em contraprestações indevidas, despesas com aplicações financeiras. O quadro a seguir representa a composição do resultado financeiro líquido:

	R\$ Mil	
DESCRIÇÃO	2022	2021
Receitas Financeiras	3.824	1.593
Despesas Financeiras	-280	-933
Resultado Financeiro Líquido	3.544	660

A variação das receitas financeiras decorre da rentabilidade positiva dos planos, pois, conforme mencionado anteriormente, houve o resgate total do fundo de renda fixa MAUÁ INSTITUCIONAL FIC DE FIM. Este fundo acumulava queda de pouco mais de 9% em 2021 contra um retorno positivo de pouco mais de 2% do CDI no mesmo período.

24. RESULTADO LÍQUIDO

O déficit de 2.135 mil é relativo aos planos da modalidade de preço preestabelecido, os quais apresentaram no decorrer do ano de 2022 um aumento nos casos de internações/sinistros, causadas, em sua maior parte, pela pandemia e relativa as doenças preexistentes na população majoritária dos planos, como doenças cognitivas, câncer, pneumonia, entre outras.

Outro fator foi o aumento de utilização dos planos devido ao comunicado de encerramento dos planos de saúde, em função do processo privatização da então patrocinadora CEB Distribuição S/A, o que ocasionou o crescimento dos casos de sinistros, gerando aumento das despesas assistenciais e, conseqüentemente, das provisões técnicas PEONA e PEONA SUS.

25. TRANSAÇÃO ENTRE AS PARTES RELACIONADAS

A FACEB administra planos de assistência à saúde com modalidade de preço pós – estabelecido e preestabelecido, conforme descrito na Nota 1, os aportes dos participantes e patrocinadores desses planos de benefícios estão relacionados no quadro a seguir:

PLANO	2022		2021	
	Patrocinadora	Participantes	Patrocinadora	Participantes
Preestabelecido	-	18.403	-	18.159
Pós- Estabelecido	26.689	1.667	21.712	2.357
Total	26.689	20.070	21.712	20.516

26. EVENTOS RELEVANTES

Provisão Para Insuficiência De Contraprestação/Prêmio – PIC

A Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio – PIC, introduzida pela RN 442/2018, deve ser constituída quando o valor do prêmio/contraprestação for inferior ao tecnicamente necessário para custeio das despesas diretas da operação de planos.

A regulamentação vigente estabelece que a PIC pode ser estimada com base em metodologia atuarial própria comunicada à DIOPE. Possibilita, entretanto,

que aquelas operadoras que não possuam metodologia própria observem o cálculo definido em seu anexo.

A Fundação adotou o cálculo definido pela ANS e mensalmente a consultoria externa Rodarte Nogueira, realiza o cálculo da PIC com base nas informações extraídas dos balancetes dos últimos 24 meses. Para o ano de 2022 não houve necessidade de constituição da provisão da PIC, considerando a prerrogativa comunicada pela Diretoria Colegiada da ANS em sua 10ª Reunião extraordinária.

Brasília, 15 de março de 2023.

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO
Presidente
CPF 343.165.741-91

NAOR ALVES DE PAULA FILHO
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF 307.609.091-72

THIAGO CAVALCANTE SANTOS
Diretor de Benefícios
CPF 006.405.081-54

ALISON BARBOSA DASILVA
Contador CRC-DF 027797
CPF: 047.822.741-81

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://www.clouddocs.com.br/ValidarDocumento.aspx>
informando o código CRC: 4A6A70564E73564B5063673D / Página 19 de 19



Assinado eletronicamente por: ALISON BARBOSA DA SILVA, Data da Assinatura:
29/03/2023 15:39:08
Pontos de autenticação: email: alison@faceb.com.br; Senha de Acesso; IP:
187.72.86.241